



# ATOS DO CONSELHO SUPERIOR DA SOCIEDADE SALESIANA

## SUMÁRIO

### I. Carta do Reitor-Mor

Verdadeira finalidade da carta — A resposta ao apêlo à solidariedade — Um episódio exemplar de solidariedade fraterna — Um motivo de pesar — Valores da solidariedade — A fraternidade religiosa — Uma contradição na prática da solidariedade — As atuações da solidariedade são muitas — Diversidades desconcertantes — Consequências práticas — A solidariedade como se realiza entre nós? — Boletim salesiano, veículo de solidariedade — Perspectivas animadoras — A preparação do Capítulo Geral Especial — Duas "descobertas" dos Capítulos Inspeccionais — Diálogo e estudo: Exigências do momento — Um problema aberto: o apostolado da escola — A pastoralização da escola — Os jovens pedem uma escola formativa — Um outro problema: O Oratório — A pastoral das vocações a que ponto está? — Porque o XIX Capítulo Geral não é ainda uma realidade — Discutir, sim, mas sobretudo realizar.

### II. Capítulo Geral Especial

Segunda reunião da comissão técnica preparatória — O trabalho das Comissões pré-Capitulares Centrais.

### III. Disposições e normas

Aplicação da Instrução "Renovationis causam".

### IV. Comunicações

Nova forma de profissão temporânea anual — Constituição da Visitadoria da Irlanda, África do Sul e Swaziland — Nomeação de Inspectores — O vigário do Reitor-Mor para as Filhas de Maria Auxiliadora — Constituição de Província Eclesiástica — Nova Diocese na Thailândia — Curso de renovação Espiritual e Pastoral — Solidariedade fraterna — "Strenna" do Reitor-Mor para o ano de 1970.

### V. Atividades do Conselho Superior e iniciativas de interesse geral

### VI. Documentos

Nova forma de profissão temporânea anual.

### VII. Magistério Pontifício

Tornar fácil o cristianismo sem esquecer a cruz — Purificação, aprofundamento, aplicação "para renovar e vivificar o cristianismo" — A verdade revelada, guardada pela autoridade, é a raiz íntima e profunda da liberdade — Voltar à oração pessoal — Renovada exortação a cultivar o espírito e a prática da oração pessoal.

### VIII. Necrologia (3.º elenco de 1969)



# I. CARTA DO REITOR-MOR

---

*Turim, Setembro de 1969*

*Caríssimos irmãos e filhos,*

ao entreter-me convosco desejo abordar algumas questões que me parecem atuais e, ao mesmo tempo, úteis e interessantes para a nossa família.

A carta sôbre “nossa pobreza hoje” com o convite ao “*scrutinium*” e o apêlo à *solidariedade fraterna*” mereceram uma acolhida calorosa, diria entusiasta, em tôda a Congregação. Confirmam-no as cartas de fervorosa adesão que chegaram de tôdas as partes, as informações fornecidas pelos Superiores Regionais e especialmente as realizações concretas já postas em prática em numerosas Inspetorias, como se pode notar pelas relações pormenorizadas que tenho recebido juntamente com notáveis quantias destinadas às Obras por mim indicadas como particularmente carentes da vossa ajuda fraterna.

Em outra parte dos “*Atos*” encontrareis o primeiro elenco das quantias recebidas e a sua distribuição.

## **A verdadeira finalidade da carta**

Mas não era essa a finalidade essencial e primária da carta sôbre a pobreza: as preocupações e as instâncias que a animavam são mais vastas e profundas.

E posso assegurar-vos que muitas Inspetorias e comunidades demonstraram ter compreendido plenamente. Tenho sôbre a minha mesa as relações pormenorizadas do “*scrutinium paupertatis*” realizado em cada uma das comu-

nidades de algumas Inspetorias devidamente sensibilizadas, e o “*scrutinium*” também de vários Conselhos Inspetoriais.

Com as constatações sinceras e corajosas, há também deliberações não menos corajosas que interessam os mais diversos setores da nossa pobreza e da nossa vida religiosa.

Sòmente a título de exemplo desejo citar a Inspetoria de Santo Estanislau da Polônia.

Todos nós sabemos em que condições vivem aquêles irmãos. Pois bem, numa assembléia adrede realizada, superiores e irmãos decidiram em espírito de caridosa convivência e compreensão vir ao encontro concretamente, através do Inspetor, às casas necessitadas nos momentos difíceis, “sobretudo em casos de doença, de falta de meios materiais para a vida ordinária, nos casos de graves desventuras, ao iniciar uma ação pastoral”.

Mas, quantos outros exemplos poderia citar!

Numa Inspetoria tomou-se consciência que se descuida o Oratório, tanto no que se refere ao pessoal como ao seu aparelhamento; uma outra se reconhece que o nível sócio-econômico das nossas obras no seu conjunto deve refletir corajosamente a nossa peculiar vocação popular.

Em outra parte se observa que construções e despesas mesmo urgentes não são previamente estudadas e aprovadas pelos Conselhos competentes, ou que certos bens imóveis não necessários à atividade das obras devem ser alienados.

Numa outra se estabelece que as iniciativas de trabalhos nas diversas casas serão realizadas de acôrdo com uma ordem de prioridade reconhecida pelo Conselho Inspetorial.

Em outra comunidade toma-se o propósito de informar regularmente os irmãos acêrca da situação econômico-financeira.

E finalmente, numa outra Inspetoria foi enfrentado o problema da qualificação dos irmãos de acôrdo com um

plano orgânico e financeiro sugerido pela experiência destes anos: e resultou um plano que começará a ser atuado no próximo ano.

Numa Inspeção se reconhece que se deve cuidar mais das casas de formação tanto na parte econômica como no seu aparelhamento.

Como vêdes, mesmo só através desta pequena amostragem de exemplos, a carta sobre a pobreza despertou úteis tomadas de consciência que certamente não de ter um desenvolvimento fecundo.

### **A resposta ao apêlo à solidariedade**

Mas há outro aspecto que devo colocar em evidência.

Falo das “reações” positivas da Congregação ao meu convite à “solidariedade fraterna”, convite unido ao “*scrutinium paupertatis*”.

Não quero privar-vos da alegria de conhecer, entre tantos, ao menos alguns dos gestos mais significativos que alegrem e dão confiança no clima não sempre animador que hoje se vive.

Ê-me particularmente agradável fazer notar que de tantas iniciativas de “caridade fraterna”, os protagonistas muitas vezes são irmãos jovens ou obras e comunidades muito pobres. Escolherei a fina flor.

Os alunos de um nosso Estudantado Teológico quiseram renunciar à excursão anual para destinar a quantia poupada “à Casa Salesiana que o Reitor-Mor achar mais oportuno”.

E eis com que sentimentos uma casa de formação da Índia, muito pobre, quis acompanhar a sua pequena oferta: “Recebemos tanta coisa e muitas vezes de pessoas que possuem menos do que nós; é pois mais do que conveniente que

também nós nos sintamos mobilizados nesta “operação de fraternidade”. A nossa contribuição é também um sinal de reconhecimento à Divina Providência que nos fornece não só os meios materiais, mas antes de tudo boas vocações: de fato pròximamente 31 noviços farão a profissão religiosa”.

Também de outras casas de formação tenho recebido ofertas, fruto de sacrifícios pessoais, com expressões que confirmam claramente como, o dever e a alegria da solidariedade fraterna, são sentidos pelas novas gerações.

Escutai agora o que escreve o diretor de um orfanato que abriga centenas de jovens aprendizes e vive da caridade cotidiana dos benfeitores. “Um nosso grande benfeitor quis dar-me um presente para “meninos particularmente necessitados”. Pensei então dividir pelo meio em favor das misões mais pobres. O senhor disponha como achar melhor”.

Na América Latina, o diretor de um pobre oratório envia uma oferta modesta para um outro oratório mais pobre e a faz acompanhar com estas palavras: . . . “Acredito ser meu dever cooperar com um grão de areia para as necessidades urgentes de um oratório extremamente pobre; faço-o de todo coração lembrando que eu também tive durante muitos anos um oratório sem abrigo, sem Igreja, sòmente com um pátio . . . faço-o para externar a minha amizade fraterna em favor da obra do oratório aberto a centenas e centenas de meninos pobres, mas que nem sempre recebe a ajuda necessária seja econòmicamente como de pessoal”.

Ainda na América Latina. Duas Inspetorias daqueles Países assumiram o compromisso de sustentar as despesas dos estudantes de teologia de algumas Inspetorias do mesmo Continente que se encontram em dificuldades econòmicas.

Outro gesto que me deixou imensamente comovido vem de além da cortina.

Um daqueles caríssimos irmãos obrigados a viver em diáspora e em extrema pobreza, tendo tomado conhecimen-

to não sei de que modo do meu apêlo à solidariedade, escreve que não possui nada para ajudar de alguma maneira, mas toma empenho de celebrar todos os meses dez Santas Missas na intenção do Reitor-Mor. Respondi-lhe que não podia fazer oferta mais grata e rica.

Poderia continuar a escolher flôres e flôres entre tantas que até agora chegaram, mas devo limitar-me a sublinhar ainda que em tôda essa floração de caridade fraterna verifica-se um fato consolador e admoestador para todos nós. Ei-lo.

Como já fazia notar acima, os irmãos que vivem na pobreza autêntica demonstram uma sensibilidade pronta e generosa ao apêlo da necessidade dos irmãos: são êles que, longe de recorrer a cômodos alibis para eximir-se da ajuda fraterna, estão prontos, e não com muitas palavras, a “compartilhar” o pão, no sentido mais pleno da palavra, a dividir pelo meio não daquilo que sobra, mas também do necessário para viver, pensando que outros irmãos talvez tenham ainda mais necessidade.

### **Um episódio exemplar de solidariedade fraterna**

Acho que cometeria uma injustiça contra vós não citando um episódio comovente e exemplar que nos vem da Índia. Não se trata de auxílios econômicos ou materiais: trata-se de uma ajuda muito mais preciosa prestada num momento dramático pela Inspetoria de Madras à Inspetoria de Gauhati.

Talvez nem todos na Congregação têm conhecimento do momento extremamente crítico que atravessam as nossas Missões naquele imenso país, e prôpriamente no Assam.

As autoridades afastaram daquela Região os Missionários estrangeiros que até então constituíam o núcleo principal. Diante de semelhante situação que ameaça aniquilar

tantos anos de heróicos trabalhos dos nossos generosos irmãos, fiz apêlo à solidariedade da Inspetoria de Madras. E eis a resposta imediata. Onze irmãos indianos já se encontram no Assam para suprir as graves lacunas deixadas pelos missionários expulsos. É supérfluo dizer que a resposta não foi sem sacrificio da Inspetoria. Este é um gesto digno de ser conhecido por tôda a Congregação. O Inspetor que soube vir ao encontro de irmãos necessitados sem entrincheirar-se atrás de fáceis considerações sôbre a escassez de pessoal, os irmãos que numerosos se ofereceram para substituir a quem foi obrigado a abandonar o campo do seu apostolado, dão a todos nós um exemplo luminoso de interpretação concreta da “solidariedade fraterna” que não podemos deixar cair.

### **Um motivo de pesar**

A êste respeito, permiti que vos exprima, com paterna sinceridade, um certo pesar.

Confesso que diante da resposta fervorosa, pronta e generosa de muitas comunidades, tanto inspetoriais como locais, à carta sôbre a “pobreza hoje”, não sei como explicar o silêncio de algumas Inspetorias, das quais até agora não chegou nenhuma notícia de como foram postas em prática as instruções claras e precisas que tracei. Não posso acreditar que seja desinterêsse em tornar operante e frutífera a carta.

Ela de fato tinha em vista suscitar na Congregação uma corajosa e profunda tomada de consciência num setor da vida religiosa e salesiana que hoje representa um centro de interêsse e ao mesmo tempo um teste da verdadeira renovação.

Muitas vêzes ouço dizer que é desejo que o Centro da Congregação seja não sòmente semáfaro mas centro propulsor e animador. O desejo é mais do que plausível. A carta

sôbre a Pobreza pretendia exatamente responder a essa instância.

Mas está claro que tôda animação tende a... não cair no vazio, isto é, supõe que se responda eficazmente, não só com palavras de apreço, mas especialmente com os fatos. São êles que têm valor e são êles exatamente a finalidade última de tôda animação.

Quero crer que as preocupações urgentes e prioritárias do Capítulo Insuperiorial Especial tenham até agora impedido ou diminuído a marcha em algumas inspetorias de todo o trabalho sugerido a respeito da Pobreza. Seria um sinal triste e diria preocupante, se até mesmo uma só inspetoria ficasse insensível diante das múltiplas advertências sôbre a pobreza e, como consequência natural, sôbre a solidariedade. Tenho plena confiança de que brevemente tôdas as Inspeorias me darão a alegria de uma resposta exaustiva e concreta.

São inumeráveis e diversíssimas as implicações e as incidências que a Pobreza tem em tôda a nossa vida, e em seus setores vitais (basta ler com um pouco de atenção o "*scrutinium*"!). Por isso, seja qual fôr a situação peculiar de uma Inspeoria ou comunidade, há sempre matéria mais do que abundante para exame, correção, melhoras, propósitos.

### **Valôres da solidariedade**

Limitando-me agora ao aspecto da solidariedade, quiseira convidar-vos a descobrir comigo quais preciosos valores de coerência, de caridade fraterna e de renovação ela contém.

Talvez alguém não tenha tido tempo de refletir sôbre o significado profundo dessa solidariedade, ou a tenha considerado, digamos assim, com uma visão... estritamente uti-

litária, como um certo expediente de conseguir... um pouco de dinheiro para alguma casa pobre.

Dir-vos-ei, aliás que fiquei decepcionado e perplexo diante dos que acharam de responder ao apêlo para a solidariedade mandando uma oferta retirada de qualquer maneira da caixa comum, ou conseguida através de ofertas dos meninos, benfeitores etc.

Não, meus queridos filhos, a solidariedade de que falamos é algo de mais profundo e muito mais importante. Cada vez que reflito me convengo sempre mais que para a nossa Congregação, como para a Igreja, ela tem, neste momento, uma importância vital. Vai muito além do fato econômico e da simples ajuda, por mais generosa que seja, para as obras pobres. Bem compreendida e praticada, envolve, informa e incrementa tôda a nossa vida religiosa, não só no setor da pobreza, mas sobretudo no setor bem mais importante da caridade evangélica, eclesial e salesiana.

É justamente isto que desejo explicitar brevemente: o significado da solidariedade.

Vamos partir de duas considerações cujos têrmos parecem contraditórios.

### **A fraternidade religiosa**

A vida religiosa é antes de tudo *COMUNHÃO* fraterna. É *Koinonia* e fraternidade.

Como *Koinonia* mergulha suas raízes na *AGAPÉ* de Deus, no amor trinitário que se derrama sôbre o mundo e que, segundo a forte expressão de São Paulo, faz todo coração gritar: *ABBA*, isto é *PAI*.

Como fraternidade é, por assim dizer, a expressão plástica do amor unitivo de Deus, que entra no mundo, para santificar a tendência à união conatural à natureza humana, porque social.

Mas a fraternidade, como elemento visível a todos (“vê-de como se amam”), é *SACRAMENTO*, isto é, sinal por meio do qual se revela ao mundo a presença de Cristo (“onde se encontram dois ou mais reunidos em meu nome, eu estarei no meio dêles” — *Mt* 18,20 — “Nisto conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros” — *Jo* 13,35 — ).

Pois bem, como a vocação religiosa não se explica se não tem na raiz um grande amor, o *AMOR* de Cristo que chama e se torna exclusivo, assim a vida religiosa, como vida vivida, não teria sentido se não fôsse a manifestação em ato, evidente, dêste amor, que, germinando no coração de cada um dos religiosos, faz dêles outros tantos irmãos.

E isto se lê num trecho da *Perfectae Caritatis*, jogado assim quase sem particular relêvo, mas que é uma joia encaastada: “A união entre irmãos chega mesmo a manifestar o advento de Cristo (cf. *Jo*. 13,35; 17,21) e dela emana uma grande fôrça apostólica” (P.C. 15). E antes: “... pelo amor de Deus difundido em seus corações graças ao Espírito Santo (Rom 5,5), a comunidade, como verdadeira família reunida em nome do Senhor, alegra-se com sua presença (cf. *Mt* 18, 20) (P.C. 15).

São evidentes as consequências que derivam para a nossa vida destas realidades sobrenaturais: é verdade porém que é mister vivê-las com fé profunda, caso contrário permanecem inoperantes e ineficazes, como nos prova, infelizmente uma certa experiência.

Uma segunda consideração.

Na vida religiosa, os valôres próprios da consagração batismal, passando por cima dos obstáculos que encontrariam num contexto de vida puramente humana e mergulhada no mundo, podem expandir-se e aparecer com tôda a sua pujança. Eis porque a vida religiosa vivida com coerância leva quase necessariamente à *Koinonia* e à fraternidade.

A alma da vida religiosa é o Espírito Santo, o mesmo que foi dado no batismo, e que estimula todo religioso a viver com plenitude o ato da salvação. Pois bem, visto que este ato de salvação consiste na reconciliação de todos, na caridade, com o Pai e entre si, eis que a comunidade deve ser um encontro de amor evangélico sempre crescente. Poderíamos dizer que a comunidade é quase a cópia em miniatura, mas perfeita, ao mistério da grande família de Deus que é a Igreja.

J. Galot (*Il carisma della vita consacrata* — pág. 123-124) sintetiza muito bem estas nossas considerações.

“Os membros de cada comunidade religiosa, que nasce sobre a base de uma consagração comum ao Senhor, estão ligados por um vínculo sobrenatural: o vínculo da caridade: eles demonstram que uma sociedade cuja origem não são os laços de parentesco, de raça, de mentalidade, de interesses, é capaz de levar a viverem juntos seres humanos sem que eles, para permanecerem unidos, tenham necessidade de laços naturais.

Cada comunidade religiosa assim constrói a Igreja na sua caridade, e na caridade comunitária a Igreja realiza melhor o ideal de unidade”.

Essas considerações de teologia da vida religiosa, que poderiam parecer um tanto abstratas, tendem a colocar bem no centro, a pôr em evidência a importância fundamental e primária da caridade fraterna na vida religiosa. Não podemos nos enganar: a caridade fraterna é um valor primário, essencial que não pode ser ignorado ou descuidado sem afetar a mesma essência da vida religiosa, e a sua importância é tão enorme e tão profunda que não pode, sem deformações, reduzir-se a uma diplomacia estudada, a uma convivência formalmente gentil, à simpática camaradagem ou a uma qualquer colaboração ainda que válida.

Duas observações ainda :

a fraternidade religiosa *não passa através da carne e do sangue, mas é dom de Deus*... Isso significa que é mais profunda, é muito mais extensa... Não pode amesquinhar-se pois num farisaísmo disfarçado que escolhe os seus “próximos”... que forma a “sua comunidade” de acôrdo com os caracteres congênitos, com afinidades de idéias e de caráter, etc.

A fraternidade religiosa *deve ser EVIDENTE*, isto é deve aparecer a todos, saltar aos olhos, porque é testemunha do Senhor (*cf.* 1 Jo 4, 14-12). Dom Bosco diria que ao nosso próximo não devemos amá-lo, mas demonstrar-lhe que o amamos. Quantas conseqüências práticas se podem deduzir dessas considerações!

### **Uma contradição na prática da solidariedade**

Numa forma antitética com esta primeira consideração teológica se apresenta um dado de fato : a “diversidade” existente entre os religiosos da mesma Congregação, entre as casas da mesma província, entre diversas províncias. Diversidade na alimentação, na moradia, no nível de vida, no volume e no tipo de trabalho...

É evidente que não se pode pretender uma uniformidade rígida, um nivelamento absoluto. Seria impossível e ridículo. Mas mesmo admitindo diversidades decorrentes de situações geográficas, sociais, étnicas, ambientais, ou então conseqüentes de temperamentos, de saúde, de situações especiais, existe sempre um limite para a diversidade.

Ora, é um fato que na Congregação, além dêste limite, existem diversidades muitas vêzes chocantes em não poucos setores.

Um exemplo. Os salesianos, que vivem e trabalham nos países chamados industriais, muitas vêzes possuem um ní-

vel de vida muito alto, poder-se-ia dizer *burguês* . . . , enquanto que os que trabalham nos países subdesenvolvidos muitas vêzes não têm o suficiente para viver.

O mesmo podemos dizer das obras. Enquanto em alguns países as obras estão bem aparelhadas, e dispõem de tôdas as possibilidades para proporcionar cuidadosa formação aos jovens salesianos, em outros países ao contrário se luta privando-se muitas vêzes do necessário, para chegar a construir uma miserável escolinha; e muitas vêzes por falta de meios não se pode providenciar à necessária e suficiente formação e qualificação dos jovens salesianos.

### **As atuações da solidariedade são muitas**

Mas essas diversidades não se limitam sòmente aos bens materiais. Dir-se-ia, muitas vêzes, que é mais chocante em referência ao pessoal . . .

O meu apêlo aos voluntários, para a América Latina responde exatamente a esta situação.

A êsse propósito, abrindo um parêntese, tenho a grata satisfação de dizer-vos que também neste ano partirá um grupo de irmãos para aquêles países depois de um período de preparação. Mas devo também dizer-vos que o número é muito pequeno: e os pedidos são cada vez mais dramáticos. Devemos conseguir saldar os cinco anos iniciais com remessas notáveis de maneira que se estabeleça num certo momento o fluxo e refluxo dos Voluntários que vão e voltam depois de cinco anos. Mas se necessita de generosidade e senso de solidariedade de cada Inspeção.

Devo dizer-vos, e o faço por gratidão e admiração, que não poucas Inspeções demonstram êsse senso de solidariedade e, mais ainda, a responsabilidade missionária, com uma generosidade comovedora, tanto mais digna de aprêço quanto se trata muitas vêzes de Inspeções que lutam com sérias dificuldades de pessoal.

Essa atitude corresponde antes de tudo à nossa mais genuína tradição. Dom Bosco, mesmo com a escassez de pessoal muito mais grave do que aquela que hoje passam certas Inspetorias, enviou pessoal às missões com uma prodigalidade que teria desconcertado a quem não tivesse a sua fé ardente e o seu desejo não menos ardente de almas. E essa tradição foi sempre mantida viva e em certos momentos ainda intensificada pelos seus sucessores.

Também a Igreja do Concílio nos dirige um apêlo explícito e enérgico para que não deixemos apagar entre nós o espírito missionário.

O *Perfectae Caritatis* diz textualmente: “De tōda forma se conserve o espírito missionário nos Institutos Religiosos e conforme a índole própria de cada um se adapte às condições odiernas, de forma que a pregação do Evangelho entre todos os povos se realize de maneira mais eficiente” (*P.C.* 20).

Como vêdes, caríssimos Inspetores, Diretores, Irmãos, temos todos, cada um de acôrdo com as suas responsabilidades, tantos e tão graves motivos par aalimentar a chama missionária nas nossas comunidades.

Sei que há irmãos prontos e desejosos. Devemos fazer com que todo êsse fervor missionário não se esvazie nem se inutilize. Bloqueando de qualquer maneira essas vocações, que acabam por se frustrar, a vantagem é sempre muito discutível. Ao contrário, uma Inspetoria, como a experiência o demonstra, sai sempre ganhando com a sua generosidade missionária.

### **Diversidades desconcertantes**

Mas voltemos ao argumento mais amplo da fraterna solidariedade que se choca contra a diversidade. Por que essa dúplici “diversidade”? Como a podemos justificar entre irmãos? O “*Perfectae Caritatis*”, e bem vos lembrais, fala

claramente a êsse respeito: “As províncias e as casas dos institutos devem pôr em comum umas com as outras os bens temporais, de forma que aquelas que mais possuem ajudem as que padecem necessidade” (P.C. 13).

A Irmã Jeanne d’Arc O.P., comentando êsse trecho do *Perfectae Caritatis* (*L’adaptation et la rénovation de la vie religieuse*, in “*Vatican II*” Ed. Du Cerf, 1968), a propósito dessas chocantes diferenças tem palavras de indignação que em parte já referi na carta sôbre a Pobreza. Ela diz: “... aquêles que fazem profissão de tender incessantemente à plenitude do amor, e devem levar ao mundo a imagem mesma de uma comunidade de irmãos, por quais regras jurídicas puderam ser aprisionados, por quais leis de contabilidade puderam ser amarrados para que muitas vêzes êsse intercâmbio tão simples não lhes venha à mente...?”

A Irmã lamenta pois que tenha sido necessário celebrar-se um Concílio para dizer aquilo que em cada família realmente cristã constitui gesto que se diria espontâneo: o de repartir com os irmãos aquilo que se possui...

Caríssimos irmãos, a solidariedade, sôbre a qual estou insistindo tanto na linha do *Perfectae Caritatis*, tende, se não a fazer diminuir aquilo que Jeanne d’Arc chama escandalosa diversidade, mas mergulha as suas raízes não sômente na necessidade de praticar uma pobreza mais Evangélica, mas sobretudo no impelente imperativo da caridade segundo as palavras de São Paulo: “Levai uns os pêsos dos outros”.

### **Conseqüências práticas**

as conseqüências práticas dessas duas “verdades”, não será difícil a cada irmão, a cada comunidade deduzir. Sômente alguma pista.

*Solidariedade como exigência da pobreza.* É um convite a que nos privemos de tantas coisas supérfluas, e prati-

quemos uma vida mais autenticamente pobre, — e por que não? — mais austera: é um convite àquela renúncia que, digamo-lo claro, hoje não parece despertar excessivos entusiasmos em não poucos religiosos que discutem tanto sôbre a Igreja dos pobres. Entretanto, olhando bem, se há uma contestação especialmente por parte de jovens irmãos, muitas vêzes provém da constatação que em muitas comunidades o teor de vida não é certamente de renúncia. Ao contrário, devemos reconhecer que não foi nunca a vida cômoda que tornou os religiosos mais santos e mais apóstólicos.

*Solidariedade como exigência da verdadeira fraternidade.* Parto de uma consideração. Hoje a sociedade humana partindo, talvez inconscientemente, de instâncias profundamente cristãs está totalmente voltada para um senso de solidariedade entre todos os povos.

O Concílio coloca êsse sentido “entre os sinais do nosso tempo” e o define “crescente e irrefreável” (A. A. 14).

Paulo VI, nas pegadas do Papa João XXIII, é o cavaleiro dessa santa cruzada: Todos podemos notá-lo, mesmo quando êsse movimento muitas vêzes é bloqueado e obstaculado por fenômenos de egoísmo violento que explodem e se aninham em certos setores sociais e em diversas partes do mundo. Mas fica sempre o fato evidente que a humanidade percebe a necessidade incontestável e as vantagens enormes de uma solidariedade entre as classes, os povos, as raças e as nações.

*Solidariedade significa dar e receber.* A solidariedade supõe sempre dar e receber, segundo a palavra do Evangelho: “*Date et dabitur*” (Lc. 6,38). Não só a lei da solidariedade importa que exatamente em vista de um bem maior de interêsse mais amplo, geral e prioritário, cada um, — entidade ou pessoa, não importa, — renuncie a determinados interêsses particulares seus.

Está claro que não se pode invocar a solidariedade somente para exigir ajuda quando nos encontramos necessita-

dos, fechando a porta quando a ela batem irmãos que por sua vez necessitam da nossa ajuda. Solidariedade, pois, não em sentido único, só para receber, mas — no momento oportuno — também para dar.

Como tive oportunidade de dizer em outra ocasião, as Inspetorias, e antes ainda, as Casas, mesmo dentro de uma razoável autonomia, não devem cultivar um isolamento egoísta, não são compartimentos fechados, mas vasos comunicantes.

### **A solidariedade como se realiza entre nós?**

Na Igreja já está todo um movimento para levar à prática as grandes orientações do Concílio a propósito daquela solidariedade que afunda suas raízes na essência mesma do cristianismo e na natureza da Igreja.

Nesta linha vemos como também entre as famílias religiosas se desenvolve e toma forma sempre mais concreta o princípio da solidariedade. Em cada País cada um pode constatar progressos neste setor: iniciativas que anos atrás pareciam impossíveis hoje são uma realidade. Sirvam de exemplo os “*consortium*” para os estudos teológicos e filosóficos que vão aparecendo um pouco em tôda a parte: e nós, onde é possível, estamos dando a nossa contribuição muitas vêzes também assaz notável para a realização dessas iniciativas que correspondem — de uma ou outra maneira — às diretrizes do Concílio e da Igreja.

Ora, diante de tôda essa floração de atividades sob o sinal da solidariedade, surge espontânea uma pergunta: “No âmbito da nossa família, para os irmãos que são o primeiro próximo designado para nós pela Providência e por nós escolhidos quando abraçamos a vocação salesiana, como sentimos e como atuamos êsse princípio?”

Dir-vos-ei que pude manusear os estudos feitos por uma grande Ordem Religiosa exatamente para atuar alguns prin-

cípios de solidariedade entre as numerosas Províncias, princípios que abordam pontos os mais diferentes. Deve-se notar que a tradição da ordem até agora era que cada Província tivesse uma vida *a sé*, quase sem nenhuma relação com as outras: hoje as mesmas Províncias sentem a necessidade de uma colaboração e de um intercâmbio nos campos mais diversos, no interêsse de tôdas e — alguém pode até dizer — para uma sobrevivência. Êste é um fato que nos deve fazer pensar.

Se olhamos, não superficialmente, as nossas origens, de acôrdo com a advertência do *Perfectae Caritatis*, damo-nos conta imediatamente que também o nosso Pai considerou como valor que não deve descuidar a “*comunicazione dei beni*” (intercâmbio de bens) na Congregação: a solidariedade. Entre as obras dos primeiros tempos, — Oratório, Mirabello, Lanzo, Alassio, etc., — havia um verdadeiro e incessante intercâmbio, de homens, de meios, etc.; poder-se-ia dizer que tudo era em comum.

Ê verdade que as situações foram evoluindo com o andar dos tempos, mas fica de pé o fato que também o espírito das nossas origens nos leva a desenvolver esta fraterna osmose: não necessitamos de criar nada *ex novo*, como pode acontecer a outros religiosos: para nós basta reportar-nos às origens.

### “Boletim salesiano” veículo de solidariedade

Olhando ainda o nosso tema em nosso ambiente salesiano devemos dizer que Dom Bosco teve a êsse respeito uma intuição muito feliz criando o *Boletim Salesiano*. (Revista Salesiana). A fisionomia que êle quis dar-lhe, como se deduz de repetidas declarações suas, responde à preocupação de unir os Salesianos através da informação sôbre as obras e atividades que a Congregação desenvolve no mundo. Sucessos e insucessos, iniciativas e necessidades, o Boletim, no pensamento de Dom Bosco, traz ao nosso conhecimento tô-

da a vida da Congregação em suas alternativas de alegrias e de sofrimentos, de triunfos e de provações. E está claro que do conhecimento vem o interêsse, o amor pelos irmãos distantes que operam com os mesmos ideais, no mesmo espírito, amor e interêsse que desembocam também na ajuda realizada de mil maneiras.

Compreende-se então como a leitura do Boletim Salesiano sirva “para favorecer a caridade fraterna” dos Salesianos (*Cost. Art. 14*), e se percebe que vínculo de unidade se elimina na Congregação quando o *Boletim* não é lido, ou então se reduz a um periódico de interêsse meramente local, ou que trata de assuntos totalmente estranhos aos objetivos colimados por Dom Bosco.

Dir-vos-ei que esta “idéia” de Dom Bosco despertou o interêsse de vários Institutos Religiosos que procuram informações sôbre diversos pontos (tratados pelo Boletim).

Gostaria aproveitar desta ocasião para fazer uma viva recomendação aos Inspetores e Redatores. Seja cuidado com seriedade e dignidade o Boletim, dando-lhe uma roupagem e um enfoque sãdiamente modernos, evitando vulgaridades e triunfalismos contraproducentes, mas não se reduza a uma publicação que ignore a dimensão universal da Congregação, nem se transforme num periódico carregado de artigos que tanto pelo conteúdo como pelo estilo se afastam dos objetivos que Dom Bosco quis atribuir ao periódico que lhe era tão caro.

### **Perspectivas animadoras?**

Caríssimos irmãos, com base nessas considerações não é irreal otimismo afirmar que se podem resolver com relativa facilidade tantos problemas que angustiam cada casa, as Inspetorias, a Congregação.

Pensemos um momento quais são e como podem ser útilmente travadas as relações entre Colégio e Paróquia, en-

tre Oratório e Escolas, entre Internato e Externato, entre um Centro Inspetorial e cada Casa, e entre as Inspetorias, para pregação, ensino, serviços e atendimentos particulares.

Na verdade já estamos enveredados por êsse caminho: já se estão dando passos nas comunidades locais, nas Inspetorias: tantas iniciativas embora não perfeitas são promessas animadoras para uma solidariedade mais consciente e mais ampla, concreta e sistemática. Compreendo as dificuldades, mas elas não nos devem parar: no máximo poderão exigir-nos maior empenho para superá-las. Mais do que outra coisa, a êsse respeito, é necessário que formemos uma mentalidade renovada, saindo de mesquinhos pontos de vista de interêsses imediatos e particulares, dignos, permiti que eu o diga, de estreitos egoísmos e individualismos, para abri-nos a visões mais amplas que enquanto correspondem ao espírito que anima e permeia hoje tôda a Igreja e a mesma vida religiosa, resultarão em vantagem definitiva para todos.

Como vêdes o tema da solidariedade, que busca a sua primeira origem na nossa consagração e da conseqüente vida nossa, ligada pelo vínculo da fraternidade sobrenatural, abrange implicações inimaginariamente vastas e de natureza não sòmente material e econômica. Convido-vos a aprofundar o assunto fazendo-o objeto de conversações e conferências nas vossas comunidades: estou convicto que todos tirarão não pequena vantagem, especialmente se depois de ter focalizado as idéias básicas, houver preocupação de chegar-se a conclusões concretas.

Passemos ao segundo assunto.

### **A preparação do capítulo geral especial**

Foi concluída dias atrás em Roma a primeira fase do "iter" para o Capítulo Geral Especial. As comissões pré-capitulares, reunidas em S. Tarcisio Roma, trabalharam com

admirável dedicação durante quase dois meses sôbre todo o rico material elaborado pelos Capítulos Inspetoriais.

Em outro lugar dos *Atos* encontrareis informações mais particulares sôbre o trabalho realizado e podereis apreciá-lo quando puderdes ter uma visão dêle.

Eu aqui desejo pôr em evidência como os irmãos chamados a Roma — sacerdotes, coadjutores, clérigos —, procedentes de todos os continentes, exatamente de 21 Nações, souberam criar um exemplar clima de família Salesiana que contribuiu não pouco a tornar mais leve a grande empreitada e a facilitar o diálogo feito de respeito cordial e compreensão, tão necessários numa atividade tão delicada e complexa.

A êsses caríssimos irmãos quis exprimir pessoalmente, também em vosso nome, o reconhecimento pelo inteligente e generoso serviço prestado à Congregação com amor filial. Ao renovar através destas páginas o meu agradecimento desejo estendê-lo às Inspetorias que, a custo de sacrifícios, mandaram a Roma êsses irmãos.

Mas também a vós tenho o prazer de exprimir o merecido louvor e o meu profundo reconhecimento, em nome de tôda a Congregação pelo empenho e a serenidade com que foi enfrentado e desenvolvido importantíssimo trabalho dos Capítulos Inspetoriais.

Soube com grande satisfação que em todos os lugares foram preparados cuidadosamente e que as fases de “sensibilização” e “estudo” empenharam a fundo as forças vivas da Inspetoria. De acôrdo com o convite que vos fiz, êsse trabalho teve a prioridade absoluta sôbre qualquer outro. Não se pouparam sacrifícios nem econômicos nem de pessoas em vista da preparação e o feliz êxito desta primeira fase do “*iter*.” Posso medir o valor dessa generosa correspondência, desde que conheço bem a dolorosa escassez de pessoal de algumas Inspetorias e o enorme trabalho apostólico a que se devem obrigar.

## Duas “descobertas” dos capítulos inspetoriais

Não quero deixar passar a ocasião de fazer convosco alguma reflexão sôbre êsse acontecimento que polariza o interesse da Congregação. As notícias por vós mesmos fornecidas me oferecem matéria para isso.

Um sentimento quase geral, como resulta das vossas cartas e dos comentários recolhidos, é que os Capítulos Inspetoriais serviram para fazer importantes “descobertas”.

A primeira dessas “descobertas” é das pessoas. No Capítulo Inspetorial — segredava-me um valoroso velho missionário — descobri os *juvenes*: “Eu os vi culturalmente mais preparados do que nós, mas amantes êles também da Congregação. É verdade, falavam uma linguagem diferente, davam uma impressão que traziam... a “revolução”, mas penso que era necessário um pouco daquela sua inquietação, do seu ardor, ainda que às vêzes intemperante, para mover as águas!!

“Eu — escrevia um jovem sacerdote, delegado da sua Inspeção ao Capítulo Inspetorial — fiquei impressionado ao ver certos sacerdotes idosos tão dispostos a dialogar conosco, tão abertos, mas ao mesmo tempo tão preocupados com o porvir da Congregação”.

“Compreendi que a experiência tem muitas coisas verdadeiramente preciosas, que não se aprendem em nenhum livro”, dizia outro. E assim tantos comentários nessa linha de descobertas e compreensão.

Ninguém se admira pois — isto é sublinhado com satisfação por todos — que os Capítulos Inspeções se tenham realizado num clima de caridade fraterna, de respeitosa compreensão. Discutiu-se com vivacidade e clareza, com absoluta liberdade de expressão. Houve naturalmente diversidade de opiniões, às vêzes se defrontaram mentalidades diversas, em determinados momentos chegou-se até a “tensões”, mas fora da sala Capitular reinou um clima de sinceri-

dade, de serena fraternidade, que se pode considerar um primeiro fruto palpável dessas reuniões.

A segunda “descoberta” dir-se-ia uma brincadeira de gosto discutível, se não fôsse uma realidade. “Descobrimos — foi afirmado em diversos Capítulos Inspetoriais — o 19.º Capítulo Geral”.

Naturalmente a afirmação não deve ser tomada ao pé da letra. Seria muito doloroso que à distância de quatro anos do 19.º Capítulo Geral, em que pese todo esforço feito para conhecer na Congregação as riquezas contidas naqueles “Atos”, houvesse salesianos que ainda não tivessem tomado contato com a rica doutrina nêle contida e com as deliberações nêle emanadas. Falando de descoberta se quis notar, a meu ver, que um estudo aprofundado como aquêle a que obrigou a preparação dos Capítulos Inspetoriais, a elaboração dos documentos e a discussão dos mesmos, fêz constatar a autêntica e vasta riqueza nêle contida.

Mas penso que a “descoberta” do 19.º Capítulo Geral, através de uma análise séria, um confronto corajoso com a realidade da vida Salesiana como é vivida nas diversas Inspetorias fêz ver claramente quanto caminho ainda falta para realizar aquilo que o Capítulo Geral já então pedia. Devemos pois reconhecer sinceramente que muitas deliberações do 19.º Capítulo Geral representam metas ainda não alcançadas e são metas sempre válidas, às quais devemos tender.

### **Diálogo e Estudo: Exigências do Momento**

Essas duas “descobertas” nos oferecem ensejos para alguma útil reflexão. A “descoberta das pessoas” — que quer dizer um mútuo aprêço e aceitação entre jovens e anciãos, que se sentem unidos no comum amor à Congregação — lembra-nos uma verdade não nova, mas infelizmente sempre atual, isto é, que nas nossas atitudes para com as pessoas muitas vêzes nos deixamos levar por preconceitos. Como a

mesma palavra diz, deu-se um julgamento ainda *antes* (pré-conceito — ) do contato, antes do conhecimento, um conceito prefabricado e — naturalmente — infundado e quase sempre injusto e nocivo. Com semelhante atitude coloca-se entre nós um diafragma que impede um desapassionado confronto de idéias.

Remédio para êsse maléfico diafragma, para êsses pré-conceitos, para essas idéias preconcedidas é o *DIALOGO*, o diálogo sincero, sereno, objetivo, aberto, com a única preocupação de conhecer e descobrir os valores do meu interlocutor.

Todo encontro fraterno realizado, não com a intenção, ainda que menos consciente — de impor as próprias idéias, mas para encontrar a verdade, traz sempre consigo uma aproximação das pessoas. E isso constitui, de um modo especial neste momento, a grande necessidade da Congregação, enquanto que é o caminho obrigatório para construir verdadeiras comunidades evangélicas, de fé, de culto, de amor, que possam testemunhar existencialmente a presença de Cristo entre nós, e, de modo mais concreto, unir tôdas as forças de que dispõe a Congregação, para aquela renovação — verdadeira e fecunda — que é o objetivo primário do próximo Capítulo Geral Especial.

“A descoberta do 19.º Capítulo Geral”, e podemos acrescentar sem medo de errar, do Concílio Vaticano II, propõem-nos interrogações sôbre as quais já insisti mais de uma vez, mas que conservam ainda (é o caso de dizer, infelizmente!) a sua atualidade.

Por que não todos conhecem suficientemente o 19.º Capítulo Geral e o Concílio Vaticano II?

Talvez porque não se tenha tido *tempo* para ler os documentos para estudá-los, para assimilá-los? Talvez porque não se tenha avaliado a importância dêsse estudo?

Mas naturalmente vem de pronto outra pergunta: Por que o 19.º Capítulo Geral não foi pôsto em prática? Sei que êste é um problema muito complexo e a sua resposta excede

grandemente o conhecimento e a visão da Consagração que cada irmão possa ter. Mas há deliberações conhecidas por todos que deviam ser praticadas na letra e no espírito e ao contrário não o foram! É o caso de perguntar então: por que?

### **Um problema aberto: o apostolado da escola**

Demos um exemplo, neste setor que empenha com tanta responsabilidade a nossa peculiar vocação juvenil em todos os continentes: *a pastoralização da escola*. Que passos foram dados na estrada e com o método proposto pelo 19.º Capítulo Geral, a fim de que nossas Escolas não somente ensinem mas eduquem formando o cristão de hoje?

Não vos escondo a minha preocupação ao dirigir-vos esta pergunta. Não gostaria de fato ser mal entendido.

Recordo antes de tudo e ponho bem em claro que a missão específica e primária da Congregação — o carisma — é a educação da juventude, e da juventude que razoavelmente se possa hoje reconhecer pobre; e isso representa uma área de apostolado muito mais vasta, rica e empenhativa que o simples “dar aula”.

Mas também se deve admitir que a escola — em tôdas as suas formas — na mão de almas apostólicas, é um meio eficaz para educar, e educar cristãmente. Nesta perspectiva ela entra nas nossas atividades.

Com essa premissa devo acrescentar que sei de uma certa contestação no nosso ambiente com relação ao apostolado da escola.

Devemos afirmar que essa atitude — *sic et simpliciter* — não tem nenhum fundamento.

Afora qualquer outra consideração, o Concílio falou claro, enquanto o Papa e a Jerarquia dos diversos continentes

continuam a confirmar em tôdas as ocasiões as solenes afirmações do Concílio.

Recordemos algumas delas:

“A presença da Igreja no setor escolar manifesta-se com especial evidência através da escola católica” (*Gravissimum Educationis*, n. 8). E mais claramente: “Portanto, nas atuais conjunturas, guarda a Escola Católica sua importância capital, pois pode contribuir tão decisivamente para realizar-se a missão do Povo de Deus, ajudando também o diálogo entre a Igreja e a comunidade de homens, em benefício de ambas as sociedades” (*ibidem*). E mais adiante: “O Santo Sínodo declara que o ministério desses professôres é autêntico apostolado. Que condiz ao máximo e é necessário também aos nossos tempos, não deixando de ser verdadeiro serviço prestado à sociedade”. (*ibidem*).

O Santo Padre, Paulo VI, falando a 26 de agosto de 1967 ao Capítulo Geral dos Esculápios, recomendava a êles “a fidelidade à causa da Escola Católica, causa sacrossanta e de suma importância nos nossos tempos, quando a sua necessidade e oportunidade desgraçadamente não são tidas em seu justo valor”. E acrescentava: “Por isso, fiéis à causa da Escola Católica, envidai todos os esforços para defendê-la com o mesmo empenho proporcionado à veemência com que ela é combatida”. E explicava: “Nada se pode imaginar de mais santo e mais útil que dedicar-se à educação da juventude, da qual dependem o porvir da Igreja e da civilização” (*Oss. Romano* 27-8-1961).

Também nos “documentos de Medellín”, à Assembléia do Episcopado Latino-Americano acentua a atualidade da escola: “através da história, a igreja, serve da humanidade, preocupa-se com a educação, do homem, não só catequética, mas integral. A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano reafirma esta atitude de serviço e prosseguirá preocupando-se por meio de seus Institutos Educacionais, aos quais reconhece plena validade, em

continuar esta tarefa adequada às mutações históricas. Por isso mesmo incentiva aos educadores católicos e congregações docentes a prosseguirem, incansavelmente, em sua abnegada função apostólica e exorta à sua renovação e atualização, dentro da linha proposta pelo Concílio e por esta Conferência” (*Documentos finais de Medellín*, III 2.1.).

### **A pastoralização da escola**

Não resta a menor dúvida que a Escola Católica é autêntico apostolado. Mas devemos imediatamente acrescentar e precisar. A escola não é automaticamente autêntico apostolado. O mesmo Concílio elenca as condições para a Escola Católica ser verdadeiramente apostolado. Começa afirmando: “Lembrem-se porém os professores serem eles os primeiríssimos promotores do que a Escola Católica pode levar a concretizar em seus propósitos e iniciativas” (G.E., 8) e acrescenta uma série de normas precisas: “... preparem-se pois com interesse especial, munidos de títulos idôneos de comprovada ciência profana e religiosa, e dotados da arte pedagógica de acordo com as pesquisas mais recentes. Ligados por laços de caridade entre si com os alunos e imbuídos de espírito apostólico, tanto pela vida quanto pela doutrina dêem testemunho do único Mestre que é Cristo. Associem-se sobretudo aos pais em seu trabalho. Junto com eles tenham em devida conta a educação total, a diferença do sexo e a finalidade de um e outro sexo no seio da família e da sociedade, conforme o que prestabeleceu a divina providência. Façam o possível por despertar a atividade pessoal dos mesmos alunos. Continuem a segui-los depois de absolvido o currículo, por conselhos, amizade, como também pela fundação de associações dotadas de verdadeiro espírito eclesial” (*ibidem*).

Como vêdes estamos diante de uma estratégia completa e atualizada para fazer da escola um instrumento válido

de educação cristã em favor da juventude do nosso tempo. São normas diretivas que substancialmente encontramos também nos atos do 19.º Capítulo Geral.

O problema então não se coloca para nós sôbre o dilema simplista: escola sim, escola não; mas escola católica sim, escola não católica não, ou, para usar a terminologia do 19.º Capítulo Geral (I-IX — cap. 2): a uma escola amorfa e na prática pouco ou nada diferente das outras escolas, nós dizemos não; a uma escola pastoralizada, de tal modo que não sômente forme os jovens para uma vida autênticamente cristã mas que faça também dêles líderes católicos, nós dizemos — e devemos dizer — sem mais o nosso sim.

Talvez essa intolerância das atividades escolares se explique, ao menos boa parte, pelo fato que o processo de pastoralização da nossa escola já indicado nas deliberações do 19.º Capítulo Geral e confirmado plenamente pela *Declaração sôbre a Educação Cristã*, não sempre e em tôda parte tenha tido a resposta e a atuação necessárias.

Sei muito bem que não são problemas simples, mas também é verdade que são problemas essenciais que se tornam cada vez mais urgentes, são problemas que não podemos contornar pelo fato de serem difíceis de resolver.

Infelizmente nesses últimos tempos mais de uma vez houve precipitação em desmontar tradições e estruturas que, de alguma forma, preenchiam a sua função pastoral que tinha uma eficácia formativa, mas não se providenciou contemporâneamente a substituí-las com outras adequadas iniciativas sugeridas pelo mesmo 19.º Capítulo Geral. Nestes casos sobrevem um doloroso “vazio” que reduz a bem pouca coisa a ação formativa da Escola Salesiana.

Trata-se de responsabilidade de base: é necessário que Inspetores e Diretores com os respectivos Conselhos e cada uma das comunidades estudem as situações peculiares e providenciem em seguida com critério e coragem.

## Os jovens pedem uma escola formativa

Aliás também os alunos — especialmente os mais reflexivos das classes superiores — exigem da nossa escola aquela formação cristã que é a sua razão de ser. Confesso-vos que fiquei impressionado ao ouvir, em diversas ocasiões, as insistências dos jovens a êsse respeito.

Citarei, a título de exemplo, algum trecho de uma longa correspondência recebida de um grupo de candidatos à Universidade no momento em que deixavam as nossas escolas, para ingressar na Universidade:

“Ao deixar o Instituto depois de tantos anos nos damos conta de tudo quanto temos recebido: é algo que não podemos medir, e tôda a nossa formação de homens e de cristãos: entretanto temos tido também oportunidade de ver alguns aspectos menos eficientes como por exemplo: o cuidado pela formação dos meninos que não é acompanhado como se deveria (e por formação entendemos instrução religiosa, interesse e acompanhamento para maior consciência do cristianismo)”.

E continuam: “Se realmente se quer “construir” jovens que não conheçam sòmente o catecismo de cor, mas saibam compreender conscientemente e coerentemente a estupenda realidade do cristianismo, então não basta mais o pequeno pensamento (pensierino) pastoral inserido mais ou menos a propósito pelo sacerdote-professor no desenvolvimento da sua missão; nem sequer basta garantir o desenvolvimento regular e adequado das aulas de Religião!”

“É necessário uma ação ampla, profunda, contínua, sèriamente enquadrada bem estudada, guiada e coordenada: retiros espirituais, debates formativos... sem desanimar pelos inevitáveis pequenos e grandes fracassos... Nesta perspectiva adquiririam um significado mais profundo e obteriam resultados mais válidos também os exercícios es-

pirituais, que não seriam mais algo de improvisado e passageiro mas o ápice de um caminho andado”.

Dêstes trechos da carta de jovens saídos de nossos ambientes escolares se podem tirar tantas lições; há também matéria para algum exame de consciência útil, mas uma coisa me parece sem mais deva ser posta em evidência.

Os jovens exatamente em questão de formação, não são minimistas: naturalmente é necessário sabê-los compreender, é necessário antes de mais nada amá-los sinceramente dando-se totalmente a êles com espírito sobrenatural o que não significa acompanhá-los nos eventuais gostos estragados.

Ao contrário os jovens sabem apreciar quem demonstra com os fatos que não procura a si mesmo, mas o seu verdadeiro bem e correspondem com aquela generosidade que é a características da sua idade, aberta aos ideais até o sacrifício.

Mas noto que me demorei sôbre o argumento da nossa escola e da sua pastoralização.

Conforta-me a esperança que a minha advertência leve a quantos têm a responsabilidade a insistir sôbre êste argumento que envolve tanta parte da nossa missão.

E passemos a alguma outra interrogação sugerida pela “descoberta” do 19.º Capítulo Geral.

### **Um outro problema: o Oratório**

Qual foi o nosso empenho para “imprimir o nôvo impulso do Oratório como Centro Juvenil, capaz de responder às exigências da Juventude de hoje e às esperanças que a Igreja, justamente, tem na nossa Congregação” (Atos do Capítulo Geral pág. 157)?

É verdade: alguma Inspetoria respondeu concretamente ao convite insistente do Capítulo Geral. Sabemos de ousadas e modernas iniciativas, de transformações de atividades juvenis em outras mais de acôrdo com as novas exigências, conhecemos admiráveis esforços para preparar, antes mesmo dos locais e dos aparelhamentos também necessários, aquilo que vale ainda mais, o pessoal para essas obras, dando-se conta da sua importância e função. Porém devemos reconhecer com tôda sinceridade que exatamente neste setor a meta está ainda muito distante: e com igual sinceridade se pode dizer que não sempre e em tôda parte se pôs todo empenho exigido hoje neste característico apostolado salesiano.

Está claro que êsse empenho não pode subsistir com caráter de seriedade, se não partindo de quanto se lê nos Atos do 19.º Capítulo Geral: “O XIX Capítulo Geral afirma solenemente que, embora em situações sociais modificadas, o Oratório, como centro de vida juvenil, conserva o seu valor e é mais atual que nunca, sobretudo na presente situação de abandono moral da juventude. A pastoral renovada do Concílio Vaticano II sublinhou a validade dêste processo de aproximação dos jovens, com formas abertas, inseridas na vida, aderentes à sua psicologia, correspondendo aos seus mais vivos e variados interesses juvenis, criadoras de um ambiente ideal para o encontro entre sacerdotes e jovens.” (pág. 160).

Para julgar se esta solene afirmação se tornou critério operativo ou ficou simples expressão verbal, é necessário olhar em concreto se e quais providências tenham sido antes estudadas e depois programadas, e finalmente postas em prática para conseguir os objetivos indicados pelo 19.º Capítulo Geral. Em particular o Capítulo pedia que o Oratório, além do tradicional interêsse pelos jovens que normalmente o freqüentam, procurasse cuidar da aproximação, “em espírito de diálogo e em espírito missionário a todos os jovens da paróquia, do bairro, da cidade, e aos afastados”.

O Capítulo sublinhava também a importância do Oratório em ter um programa educativo claro para as diversas idades dos jovens, aperfeiçoando a Catequese, a Liturgia, a iniciação dos melhores a compromissos apostólicos, empenho dos oratorianos na sociedade e na Igreja também através do trabalho dos diversos tipos de associação.

Recomendava finalmente aos Oratórios de qualificar as próprias atividades culturais e de recreação e de “completar-se com novas iniciativas: centros juvenis, centros sociais, centros culturais, centros universitários... centro de consulta moral e religiosa para os jovens, centro de orientação” (A.C.G. 19.º pág. 161).

Para encaminhar um programa tão árduo e complexo, o Capítulo Geral achava ser indispensável redimensionar a sua distribuição (do pessoal) segundo as concretas exigências pastorais e missionárias do Oratório; selecionar tal pessoal em base à sua conhecida capacidade; prepará-lo nos Noviciados, Estudantados, Institutos de Magistério e durante o ano de Pastoral; cuidar da sua atualização continuada; escorar a teoria com exercícios práticos” (A.C.G. 19.º pág. 162).

Reconhecemos que todo êsse programa importa dificuldades e sacrifícios de vários gêneros. Mas esta obra é de tamanha importância capital que exige uma corajosa e decisiva ação à luz das orientações do 19.º Capítulo Geral. Sem esta coragem é inútil esperar no novo lançamento e no reflorescimento daquela que foi chamada a “primeira Glória e obra prima de Dom Bosco”.

Deve-se ao invés temer que a crise se agrave, não só no sentido de crescimento quantitativo, mas — o que é pior — em sentido qualitativo e que assim se torne velha, anacrônica, superada, por falta de animação interna, uma obra que como escreveu o então Arcebispo de Milão Mons. Montini “é uma obra educativa no estado potencial: quem lhe estuda de perto as necessidades e as leis, percebe que é susceptível de novos e maravilhosos incrementos”.

Tenho confiança que essas breves mas sinceras considerações levem a sério e eficaz exame sôbre êste tema para nós tão essencial.

Permiti-me ainda uma pergunta.

### **A pastoral das vocações a que ponto está?**

Em muitas Inspetorias sei que houve progressos consoladores: Centros de Orientação Vocacional muito bem organizados com pessoal sèriamente preparados; Pastoral Juvenil ativa e coordenada de molde a desenvolver entre os jovens das nossas obras (terreno natural das nossas vocações) os germes de vocação; seleção cuidadosa dos candidatos sem preocupação irracional de número; pessoal para o Aspirantado (sempre válido desde que plantado e conduzido com critério sugerido por uma sadia renovação) sèriamente escolhido premissa essencial para um desenvolvimento harmonioso das vocações da Inspetoria.

São todos progressos que, graças a Deus, se verificam em muitas Inspetorias.

E nas outras?...

Eu sei, no setor vocacional as dificuldades aumentam (espero tratar dêsse assunto em outra ocasião), mas exatamente por isso é necessário multiplicar as energias e as iniciativas, corrigir eventuais erros de método.

Trata-se da vida da Congregação.

Mas é tempo de encerrar a série das perguntas. Minha intenção não é apresentar-vos uma longa lista de problemas, nem apresentar um exame geral de consciência, mas quero tão sòmente recordar o fato, sôbre o qual devemos humilde e sinceramente refletir: o 19.º Capítulo Geral em muitas de suas decisões e diretrizes espera ainda ser pôsto em prática.

## **Porque o XIX capítulo geral não é ainda uma realidade.**

Entre os vários motivos que podem explicar essa deficiência, algum me parece muitas vezes presentes.

A falta de conhecimento e de estudo de documentos tão importantes me faz pensar numa atitude que diria um tanto comum entre nós: somos vítimas do imediatismo, da atividade opressiva de cada dia e consideramos perda de tempo, menos produtiva a reflexão sobre idéias, sobre princípios, no estudo de métodos, na predisposição de planos.

A falta de atuação embora dependendo de causas muito complexas, poderia também porvir da tentação de uma falsa segurança nas próprias posições, que gera um certo imobilismo. É evidente que o 19.º Capítulo Geral, e mais ainda o Concílio Vaticano II estavam a exigir mudanças, também substanciais, que vinham talvez a sacudir e a incomodar a nossa posição, que nos obrigavam talvez a confessar que algumas coisas não andavam bem e que nos obrigavam a trocar critérios e métodos. E mudar não é fácil. Por essa razão, às vezes, sem perceber, fecham-se de algum modo os olhos para não ver; barram-se a priori os caminhos para toda eventual revisão. Talvez também este sentimento pode estar na base de certa falta de atuação do 19.º Capítulo Geral e do Concílio Vaticano II e que podem ter dado a sensação de indiferença e tenham levado a um certo imobilismo.

Caríssimos irmãos, quis evocar êsses pensamentos sugeridos de algum modo por vós mesmos, porque enquanto — *viribus et cordibus unitis* — nos preparamos para o próximo Capítulo Geral Especial, não esqueçamos que essa preparação não exclui, antes exige que nos empenhemos todos para tornar operantes tantas deliberações e normas do 19.º Capítulo Geral.

De fato está claro que o Capítulo Especial longe de anular, confirmará ou aperfeiçoará tantas dessas diretrizes de que é rico o presente Capítulo Geral.

E então qual é o meio mais eficaz para dispor-nos a acolher a seu tempo com fruto as conclusões do Capítulo Especial?

### **Discutir, sim, mas sobretudo realizar**

Fiquei impressionado recentemente com a leitura de uma entrevista do Cardeal Lèger. Todos conhecemos êsse digno prelado que depois do Concílio se retirou para um leprosário da África.

Ao jornalista que lhe perguntava *por que* quis retirar-se para um leprosário, respondeu: “Depois de tanto *falar* no Concílio, por motivos de coerência, sentia o dever de *fazer* alguma coisa”. E acrescentava: “Falou-se e se continua a falar demais; existe um verdadeiro frenesi de palavras; mas se opera em medida proporcionalmente inversa. Seria de maior lucro para a Igreja se se falasse muito menos para trabalhar muito mais”.

A observação do Cardeal Lège coincide com aquilo que me escreveu há pouco tempo um nosso grande Irmão, o heróico Monsenhor Trochta da Checoslováquia.

“O mundo — dizia êle — não se conquistará para Deus com as discussões, mas com sacrifícios, com a nossa vida, como fêz Dom Bosco e todos os salesianos dos tempos heróicos da Congregação.”

Esta convergência de idéias e de juízos, embora nas compreensíveis nuances, por parte dêsses dois Prelados, tão ricos de experiência eclesial e pastoral, convida-nos a refletir. Nasce espontânea a lembrança da palavra que o nosso querido Pai repetia: “Poucas palavras... e muitos fatos!”

Naturalmente, ninguém pensa desentimular o estudo de tantos problemas que nos pressionam, e o “iter” do nosso Capítulo Especial prevê exatamente a participação ampla e consciente dos irmãos nesse estudo. Mas devemos evitar o

perigo de esgotar a nossa atividade em reuniões intermináveis, discussões, esquecendo que existem deliberações e normas validíssimas e urgentes que esperam ainda serem postas em prática.

Estude-se antes como atuar essas normas. Os problemas, dizia-me um querido irmão não se resolvem estudando tudo aquilo que os *outros* devem fazer para a renovação mas começando por atuar eu mesmo aquela parte que me toca. Em outras palavras o nosso primeiro e insubstituível trabalho é de sermos "*factores verbi*", realizadores das idéias: renovar-se para renovar.

Preparemo-nos pois para o Capítulo Geral Especial não só participando do estudo dos temas e das propostas, mas ao mesmo tempo pondo em ato tantas preciosas normas do 19.º Capítulo Geral.

Será um proveitoso treino para encontrar-nos psicológica e espiritualmente preparados para aceitar — com os fatos — tudo aquilo que o Espírito Santo dirá à nossa Congregação através do organismo máximo deliberativo, para a sua fecunda renovação.

Continuemos entretanto a preparar-nos com a oração.

Envio as saudações mais afetuosas com o desejo de todo bem no Senhor.

Dom Bosco vos abençoe a todos

Sac. Luís Ricceri

Reitor-Mor

## II. CAPÍTULO GERAL ESPECIAL

---

### *Comunicações e Informações da Comissão Central de Coordenação*

#### 1 — Segunda reunião da Comissão Técnica Preparatória

A segunda sessão dos trabalhos da Comissão Técnica Preparatória se desenrolou em Roma nos dias 29-31 de maio.

O primeiro assunto da Ordem do Dia foi um reexame técnico das “Novas normas” para a eleição dos Delegados aos Capítulos Inspetoriais.

Foram feitas diversas observações, mas a Comissão foi unânime em reconhecer que as dificuldades encontradas não foram de tal monta que exijam mudanças substanciais das “novas normas” para a eleição dos Delegados ao próximo segundo Capítulo Inspetorial Especial.

Para evitar algum inconveniente assinalado foram apresentadas sugestões e a seu tempo serão comunicadas às Comissões Preparatórias do segundo Capítulo Inspetorial Especial.

O segundo problema enfrentado pela Comissão foi o questionário para os irmãos em vista do Capítulo Geral Especial. Depois de amplas e aprofundadas discussões, a Comissão Técnica Preparatória, por unanimidade decidiu propor aos Superiores renunciar ao questionário dando as seguintes motivações:

1 — Prevê-se antes de tudo uma dificuldade muito relevante para a produção de questões significativas nas diversas línguas e sobretudo nas diferentes mentalidades, com conseqüente dificuldade de compreensão adequada e sucessiva elaboração das respostas.

2 — É praticamente de se excluir a possibilidade de conter êsses trabalhos dentro dos limites do tempo previsto pelo iter e possíveis dentro das etapas capitulares.

3 — Não é de descuidar-se uma saturação psicológica, especialmente em certas regiões, com estas sondagens, sobretudo para os irmãos já muito sobrecarregados de trabalho e muitas vêzes interrogados de modo semelhante por motivos diversos.

Diversas Inspetorias, por exemplo, submeteram questionários aos irmãos na mesma preparação ao I Capítulo Inspetorial Especial.

Poder-se-ia em parte superar essas dificuldades propondo questões essenciais, rápidas, que exigem respostas brevíssimas. Mas esse sistema vai de encontro a uma certa não injustificada repugnância exatamente por parte dos irmãos mais sensíveis a discussões sérias, amplas e aprofundadas. De resto, são dispensáveis exatidão e preparação científica muito séria para não tornar duvidosos e praticamente inutilizáveis os resultados desses trabalhos. Estando aos peritos, um trabalho sério do gênero exige não menos de 3 anos. Tanto mais que sobre certos problemas, mais do que as mesmas respostas dos irmãos, interessariam as motivações. Pensa-se ao invés, que, se os textos preparados pelas Comissões Centrais atenderem a certos requisitos, o juízo e as observações dos irmãos sobre o seu conteúdo e o seu enfoque constituirão uma verdadeira sondagem que pode com pleno direito, e com resultados adequados, substituir qualquer outro tipo de sondagem ou questionário.

Visto que o Conselho Superior julgou válidas essas observações e aceitou a proposta da Comissão, o *iter* de preparação ao Capítulo Geral passará por algumas modificações (que oportunamente serão notificadas) com grande vantagem de conceder à preparação e ao desenvolvimento do II Capítulo Inspetorial um período de tempo muito mais amplo, como foi solicitado de diversas partes.

O último assunto da Ordem do Dia se referia a problemas de natureza técnica acerca da preparação de uma documentação estatística para ficar à disposição do próximo Capítulo Geral e o encaminhamento de outras providências técnicas para um eficiente desenvolvimento de trabalhos capitulares (tradução simultânea, votação eletrônica, cfcio da presidência, serviços de secretaria etc.).

## 2 — O trabalho das Comissões pré-Capitulares Centrais

Como estava previsto no *iter*, de 30 de junho a 20 de agosto reuniram-se em Roma, no Instituto São Tarcisio, as comissões pré-capitulares centrais.

### A) As comissões e a colocação do trabalho

Dos irmãos assinalados no número 257 dos Atos do Conselho Superior, estava ausente o Padre Leopoldo Kasperlik da Inspetoria de

Krakovia-Polónia. O Padre João Rennkamp da Inspeção de Colónia — Alemanha foi substituído pelo Padre Gerardo Lenz da mesma Inspeção; o Padre Maurício Quartier da Inspeção de São Pedro Waluá (Bélgica) foi substituído pelo Padre Marcelo Baert da mesma Inspeção; o Clg. Francisco Moloney da Inspeção Australiana pelo Clg. Crisanto Saldanha de Madras (Índia) o Clg. Jean Carlo Manieri da Inspeção Adriática pelo Clg. Mirro Amoni da mesma Inspeção; o Clg. J. Mario Colombo da Inspeção Lombarda pelo Clg. Mario Bonfadini da mesma Inspeção.

O Pe. Jorge Gozzelino passou da quinta para a segunda Comissão, e à segunda comissão se juntou também o Pe. José Ramos Regidor do PAS.

O Pe. Alfredo Cogliandro foi designado Diretor da Comunidade dos membros das Comissões. Para presidência das Comissões foram eleitos:

Pe. Francisco Desramaut, para a primeira;

Pe. Jaime Rodrigues, para a segunda;

Pe. Pedro Brocardo, para a terceira;

Pe. Januário Sesto, para a quarta;

Pe. José Aubry, para a quinta.

Cada Comissão, de acordo com as normas aprovadas, trabalhou sobre o tema que lhe fôra confiado. Todavia foram necessários contactos frequentes entre os membros das diversas Comissões, para melhor colocação dos trabalhos.

O trabalho se processou em ritmo sempre intenso, distribuído em dois períodos do dia: das 9 às 13 horas e das 17 às 19,30 horas.

#### *B) Primeira fase dos trabalhos: Conhecimento do material e definição do método*

As comissões iniciaram imediatamente o trabalho tomando conhecimento das propostas enviadas pelas Inspeções e pelos Irmãos.

Aceitando a proposta da Comissão Técnica Preparatória sobre a eliminação do Questionário e tendo tomado consciência da amplitude do material sobre o qual deviam trabalhar, passou-se a primeira semana de julho no estudo comum do método de trabalho a empregar, procedendo à leitura pessoal das propostas referentes ao tema de sua comissão.

Da discussão geral resultou a solução de elaborar dois documentos: um de "radiografia" das propostas, o outro de comentário e perspectiva.

#### C) *Elaboração do primeiro documento.*

O trabalho de fichar as propostas, que não pudera ser executado com antecedência por uma Comissão devido ao atraso com que chegaram ao Centro muitos documentos dos Capítulos Inspetoriais, ocupou durante uma semana os membros de tôdas as Comissões pré-capitulares Centrais. Seguiu-se o trabalho de catalogação das propostas de acôrdo com as palavras-chaves e de acôrdo com o esboço do esquema.

Apareceram as primeiras dificuldades: algumas Inspetorias ainda não haviam remetido o seu documento; não tôdas haviam seguido os critérios comuns indicados para formulação das propostas. A preocupação principal dos membros da Comissão foi de não trair a instância de cada uma das propostas através de uma colocação com um desdobramento arbitrário. Esse trabalho se prolongou quase até o dia 20 de julho. Em seguida, através de revisões contínuas realizadas na sede da comissão e novas reelaborações, cada comissão chegou à elaboração concreta do documento.

Este foi encaminhado ao Coordenador Padre Aubry, que, tendo presente os trabalhos de tôdas as comissões, dispôs os últimos retoques, no intuito de evitar repetições e conseguir — nos limites do possível — certa unidade redacional.

O documento foi remetido novamente às Comissões, e estas puderam proceder, pelo dia 10 de agosto, à redação definitiva.

#### D) *Elaboração do segundo documento*

Não ficou claro desde o início o critério para a elaboração deste documento.

Desde o dia 18 de julho, as comissões foram convidadas a pensar sobre a sua elaboração. Mas surgiram questões sobre a natureza do documento, sobre quem seria o destinatário, sobre o esquema a seguir.

Para precisar a natureza, o fim, os destinatários foram realizadas freqüentes reuniões plenárias. Foram apresentados em Assembléia diversos esquemas alternativos e se procedeu à reelaboração de

algum ponto que foi novamente submetido ao julgamento dos membros das comissões.

Ficou-se de acôrdo finalmente que o segundo documento não de via ser absolutamente considerado nem um documento magisterial nem um estudo científico da equipe, mas uma reflexão comunitária das comissões pré-capitulares sôbre a “radiografia” contida no primeiro documento.

Através desta reflexão se desejava alcançar os seguintes objetivos:

1 — Focalizar os problemas resultantes da radiografia, depois de tê-los perfeitamente identificados e centralizados;

2 — Sensibilizar os irmãos e os Capítulos Inspetoriais sôbre êses problemas;

3 — Solicitar e estimular a respeito dêses mesmos problemas a reflexão, a resposta e a tomada de posição dos irmãos e dos Capítulos Inspetoriais.

O segundo documento por isso foi concebido como instrumento de trabalho, destinado aos irmãos e aos segundos Capítulos Inspetoriais Especiais. Um instrumento que permitirá continuar, aprofundar o trabalho dos primeiros Capítulos Inspetoriais, ao mesmo tempo que fará convergir a reflexão de tôda a Congregação não mais sôbre grandes temas gerais, mas sôbre idéias, instâncias e propostas, que compõem o conjunto da problemática resultante dos primeiros Capítulos Inspetoriais.

De 2 a 13 de agôsto as Comissões trabalharam seguindo êstes critérios, cada uma no seu setor sem perder no entanto os contatos com as outras Comissões; o contato se efetuava mediante o intercâmbio dos peritos, através de solicitação de revisão do trabalho de cada comissão por parte dos membros das outras, e finalmente nas reuniões periódicas da Comissão de Coordenação, composta pelos cinco presidentes e presidida pelo Pe. Scrivo.

No dia 13 de agôsto também o segundo documento estava esboçado depois de submetido ao crivo e à crítica no interior da comissão, foi reelaborado, mimeografado e distribuído a todos os membros das Comissões solicitando a elas fizessem chegar as observações às Comissões interessadas.

Tôdas as observações foram colegiadamente examinadas em cada uma das Comissões; e finalmente na Assembléia plenária um relator de cada Comissão fez referência sôbre as observações recebidas especificando quais haviam sido aceitas e portanto quais modificações deviam ser feitas ao documento.

A elaboração e a redação definitiva com a recomendação de ter em conta essas solicitações e os resultados da votação secreta feita em Assembléa Geral sôbre cada uma das partes do documento, foi confiada a uma Comissão reduzida que se reunirá em Casellette, no dia 22 de setembro sob a presidência do Pe. Scrivo.

Para concluir, podemos dizer que não faltaram dificuldades, momentos de incerteza e de tensão, num trabalho que resultou delicado e difícil mais do que se pudesse pensar.

Fica porém o registro muito positivo que os documentos são resultado do trabalho de irmãos que nêle prodigalizaram com generosidade excepcional, além de suas energias, também a sua experiência válida e assaz multiforme pela diversidade de suas procedências, de suas especializações, de sua idade e officios desempenhados na Congregação.

### III DISPOSIÇÕES E NORMAS

---

#### Na aplicação da Instrução “Renovationis Causam”

O Reitor-Mor no dia 21 de maio de 1969 enviou aos Inspetores a seguinte circular na qual foram comunicadas algumas decisões relativas à aplicação prática da Instrução “Renovationis Causam”. Vem citada nos “Atos do Conselho Superior” para conhecimento e norma de todos os irmãos.

Turim, 21 de maio de 1969

Caríssimos Inspetores,

Indo ao encontro das situações previstas pela “Renovationis Causam”, de acôrdo com os Superiores do Conselho, achei oportuno tomar algumas decisões.

Depois de ter obtido da Competente Autoridade as faculdades necessárias creio oportuno, para comodidade dos Reverendíssimos Senhores Inspetores, comunicar imediatamente algumas normas antes mesmo de publicá-las nos “Atos do Conselho Superior”.

#### 1 — PROFISSÃO ANUAL DEPOIS DO NOVICIADO

A luz da “Instructio” “Renovationis Causam” e atendendo ao desejo de diversos Inspetores, achou-se conveniente pedir à Santa Sé a faculdade de derogar o artigo 182 das Constituições que prevê, na conclusão do Noviciado, a Profissão Trienal.

O pedido do Reitor-Mor foi acolhido com Rescrito da Sagrada Congregação dos Religiosos e Instituto Seculares na data de 10 de maio de 1969.

Portanto, ao término do Noviciado, todos os noviços admitidos à Profissão, farão sua Profissão *ad annum*, que pode ser renovada anualmente durante o primeiro triênio.

Esta novidade tende a ajudar os jovens salesianos a fazer a sua profissão sempre mais com plena consciência do valor e das obriga-

ções da sua Consagração, com sentido de pessoal, livre e responsável adesão.

## 2 — *ADMISSÃO AOS ESTUDOS TEOLÓGICOS E À PROFISSÃO PERPÉTUA*

Na presente situação, por causa das modificações trazidas pela “*Renovationis Causam*” ou previstos como sua consequência, parece conveniente indicar algumas linhas gerais a seguir na admissão dos clérigos ao segundo ciclo dos estudos sacerdotais depois do tirocínio, isto é, o Estudantado Teológico (cf. Regulamentos n.º 316,4).

Até agora a norma seguida era de não admitir ninguém sem os votos perpétuos. Agora, porém, a possibilidade de prolongar a Profissão Temporânea além do sexênio e abolição do prazo fixo para a profissão perpétua, evidentemente mudaram a situação.

O juízo de idoneidade para iniciar o segundo ciclo do currículo dos estudos sacerdotais e o de admissão à profissão perpétua devem ser distintos e realizados independentemente um do outro.

A freqüente falta de segurança dos jovens faz com que no fim do tirocínio e do sexênio ordinário dos votos temporâneos, haja clérigos que ainda não se sintam com ânimo de professar para sempre. É necessário ter muito cuidado para não exercer sobre eles qualquer pressão moral. A decisão de consagrar-se a Deus com voto é coisa eminentemente pessoal à qual cada um deve decidir-se com plena e absoluta liberdade. Igualmente não admiti-los a continuar os estudos sacerdotais e prolongar-lhes o tirocínio, se não tiverem outra explicação, podem aparecer como uma forma disfarçada de pressão moral e por isso deve ser evitada. Aliás não há razões para agir dessa forma, visto que nos Seminários se pode chegar até às ordenações sem algum vínculo anterior.

Para a admissão ao segundo ciclo de estudos sacerdotais, tenham-se em mente as seguintes diretrizes:

a) A idoneidade e a boa vontade do clérigo devem ter sido postas a claro e experimentadas durante o tirocínio. O Estudantado não tem como finalidade acertá-las nem tem meios para isso. Isto é fundamental e exige que os Diretores, os Inspectores e os seus Conselhos, estudem caso por caso, com empenho, visão e prudência. Rejeite-se finalmente a mentalidade errada e nociva do “*compelle intrare*”, uma palavra do Senhor que não tem nada que ver com a presen-

te questão. Não se mandam mais para frente os inadaptados, os inseguros, “porque temos necessidade de salesianos para as nossas obras”; não se prolonguem aquelas provas, as quais só podem resultar nocivas não menos ao espírito da Congregação como aos mesmos clérigos interessados; não se procure conservar em Congregação com imaginário escopo de salvação da alma, pessoas não aptas à nossa vida. Tais indivíduos lá fora poderiam ser bons cristãos, mas aqui dentro correm somente o risco de fazer mal a si e aos outros.

b) Quando o clérigo além de demonstrar vocação e as qualidades exigidas, tem também boa vontade e o desejo de seguir o chamamento, e dá esperança positiva de corresponder a ela, se ele pede, seja admitido à profissão perpétua depois dos seis anos ordinários e, naturalmente, a seu tempo, ao Estudantado.

c) Se pois, mesmo depois de passado o sexênio de profissão, alguém mesmo *possuindo tôdas as notas positivas de uma vocação autêntica, quer ainda experimentar-se para superar aquêlê sentido de insegurança característico da juventude de hoje*, admite-se que se lhe prolongue a prova e se admite aos estudos Teológicos. Evite-se porém prolongar demasiadamente êsse período (R.C., 6).

d) Se, ao contrário, se julga no complexo que o sujeito não oferece as notas positivas de autêntica vocação, não se prolongue ulteriormente a prova: é coisa inútil e nociva.

e) Quando à preparação para a Profissão perpétua, haja, durante as férias um curso que com os Exercícios Espirituais, poderá durar cêrca de um mês, imediatamente antes da mesma Profissão. O seu programa poderá ser fixado pelas Conferências Inspetoriais. A questão do tempo para o segundo Noviciado, a que se refere a “*Renovationis Causam*” foi decidida por nós no XIX Capítulo Geral e poderá ser reexaminada no próximo Capítulo.

f) É evidente que as Ordens Sacras podem ser recebidas somente depois da Profissão Perpétua (R.C., 37, II).

Quanto aos prazos para a admissão às ordens tenham-se presentes as normas dadas pelo Conselheiro encarregado da Formação em sua carta circular de 28 de março de 1.969 aos Inspetores e Diretores de Estudantados Teológicos.

g) Para os Irmãos COADJUTORES, independentemente do que diz respeito ao acesso aos estudos de teologia e às ordens, no tocante a admissão à Profissão, sigam-se os mesmos critérios usados para os clérigos.

3 — PRORROGAÇÃO DA PROFISSÃO TEMPORÂNEA ALÉM DO SEXÊNIO

Como foi anunciado nos “Atos do Conselho Superior” n.º 257, o Reitor-Mor solicitou da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares a faculdade de prorrogar os votos temporâneos dos Religiosos seus súditos por três anos, além do sexênio concedido pelas Constituições.

A Sagrada Congregação concedeu ao Reitor-Mor a faculdade requerida até o próximo Capítulo Geral.

Os Inspetores que vissem a conveniência dessa medida de acôrdo com os critérios acima catalogados, poderão fazer o pedido, caso por caso ao Reitor-Mor especificando os motivos do seu pedido.

Solicito se tome cuidadosa visão de tôdas as normas aqui comunicadas; porém é ainda mais importante tomar consciência do espirito que as anima e os objetivos que com elas se quer atingir.

Maria Santíssima Auxiliadora, de cuja festa estamos próximos, abençoe e vivifique todo vosso trabalho para a melhor formação dos jovens salesianos.

## IV - COMUNICAÇÕES

---

### 1 — Nova forma de profissão temporânea anual

O Reitor-Mor solicitou da Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares “a faculdade de experimentar uma nova forma de profissão temporânea “ad annum” renovável anualmente pela duração de um triênio; isto na espera do Capítulo Geral Especial que se celebrará em 1971”.

A Sagrada Congregação com data de 10 de maio de 1969, concedeu a faculdade requerida.

### 2 — Constituição da visitadoria da Irlanda, África do Sul e Swaziland.

O Capítulo Superior com data de 4-7-1969 erigiu a nova visitadoria da Irlanda, África do Sul e Swaziland, separando as casas dessas regiões da Inspeção de Londres. Sede da nova visitadoria é Dublin.

### 3 — Nomeação de Inspectores

Pe. Dante Magni para a Inspeção Central.

Pe. Mário Bava para a Inspeção Subalpina.

Pe. José Bertolli para a Inspeção de Milão.

Pe. José Lonaro para a Inspeção de Veneza.

Pe. Amadeu Verdecchia para a Inspeção de Catania.

Pe. Luís Ferrari para a Inspeção de Manila.

Pe. Paulo Aguayo para a Inspeção de Guadalajara.

Pe. Mariano Carillo para a Inspeção do México.

Pe. Hugo Santucci para a Inspeção de São Salvador.

Pe. João Raaymachers para a Inspeção Holandesa.

Pe. Miguel Egan visitador da Irlanda, África do Sul e Swaziland.

#### 4 — O Vigário do Reitor-Mor para as Filhas de Maria Auxiliadora

O Pe. Sante Garelli pediu ao Reitor-Mor exoneração do cargo de Vigário das Filhas de Maria Auxiliadora. O Reitor-Mor aceitou a solicitação e chamou para suceder-lhe, o sacerdote Pe. José Zavattaro.

#### 5 — Constituição de Província Eclesiástica na Índia

O Santo Padre erigiu, com território desmembrado da Província Eclesiástica de Calcutá, a Província de Gauhati-Shillong, no Assam (Índia), elevando a Sede Metropolitana a Diocese de Shillong, com a denominação de Arquidiocese de Gauhati-Shillong e dando-lhe como sufragâneas as Dioceses de Dibrugarh e de Tezpur, assim como a Diocese de Silchar, de ereção recente, tendo o mesmo território e a mesma configuração da cessante Prefeitura Apostólica de Haflong.

Igualmente sua Santidade, aceitando a solicitação apresentada pelos excelentíssimos Ordinários de serem dispensados, por motivos de saúde, do Governo Pastoral de suas Dioceses, transferiu-os:

— S. E. Rev.ma Mons. Estêvão Ferrando da Diocese de Shillong para a Igreja titular “pro hac vice” arquiépiscopal Troina;

— S. E. Rev.ma Mons. Orestes Marengo da Diocese de Tezpur para a Igreja titular episcopal de Arsacal.

Sua Santidade mesma, além disso:

— promoveu a Sede Arquiépiscopal Metropolitana de Gauhati-Shillong, E. S. Rev.ma Mons. Uberto D’Rosário, Bispo de Dibrugarh;

— constituiu a Administrador Apostólico “ad nutum Sanctae Sedis” da Diocese vacante de Dibrugarh, S. E. Rev.ma Mons. Uberto D’Rosário, Arcebispo de Gauhati-Shillong.

#### 6 — Nova Diocese na Thailandia

A Santa Sé erigiu a nova Diocese de Surat Thani na Thailandia, atribuindo-lhe um território já pertencente à Diocese de Tatchaburi (Ratburi). Mons. Pedro Garretto, Salesiano, desde 1951 bispo de Ratburi, foi transferido para a nova Diocese de Surat Thani a 13 de julho de 1969.

7 — Curso de Renovação Espiritual e Pastoral

Atendendo às deliberações do XIX Capítulo Geral, e em caráter experimental em Janeiro de 1970 terá início em Caracas (Santo Antonio) o Curso de Renovação Espiritual e Pastoral para sacerdotes das Inspetorias Latino-Americanas. O Curso durará seis meses.

8 — Solidariedade Fraternal

Até 31 de agosto de 1969 chegaram ao Reitor-Mor as seguintes ofertas para a "Solidariedade Fraternal".

Inspetoria Subalpina .....	L. 2.431.000
Inspetoria de São Paulo (Brasil) .....	L. 5.467.500
Inspetoria Portuguesa .....	L. 543.200
Inspetoria Novarese .....	L. 6.725.000
Inspetoria do Perú .....	L. 620.000
Inspetoria Central .....	L. 2.112.000
Inspetoria Lombardo-Emiliana .....	L. 2.375.000
Inspetoria Pugliese-Lucana .....	L. 873.000
Inspetoria Venezuelana .....	L. 2.400.000
Alunos I. T. I. Noturno de Sesto São João (Milão) .....	L. 110.000
Instituto Borgomanero (Novara) .....	L. 150.000
Instituto Bearzi de Udine .....	L. 590.000
Instituto Domingos Sávio de Messina .....	L. 100.000
Don Bosco College de Newton (U.S.A.) .....	L. 93.750
Escola Salesiana de Muyurina (Bolívia) .....	L. 15.000
Colégio Salesiano de Masaya (Nicaragua) .....	L. 62.000
Noviciado de Pinerolo .....	L. 50.000
Obras Salesianas de Selargius (Sardegna) .....	L. 50.000
Instituto Teológico de Messina .....	L. 107.000
Seminário Ucraino de Roma .....	L. 50.000
De um sacerdote do Equador .....	L. 18.750
De um sacerdote austríaco .....	L. 48.200
<b>TOTAL DAS QUANTIAS RECEBIDAS .....</b>	<b>L. 24.991.400</b>

As quantias recebidas foram destinadas às seguintes obras, de acôrdo com o desejo dos ofertantes:

Para a Inspetoria da Bolívia, Noviciado de Cochabamba (remessa da Inspetoria de São Paulo) .....	L. 1.867.500
Para a Inspetoria de Porto Alegre, irmãos em formação (remessa da Inspetoria de São Paulo) .....	L. 3.600.000
Para o Paraguai, para bolsas de estudo (remessa da Inspetoria Venezuelana) .....	L. 2.400.000
Para o Aspirantado de Calacoto (Bolívia) (remessa de Vendrogno) .....	L. 500.000
Para o Mato Grosso (de Borgomanero) .....	L. 150.000
Para Haiti (remessa de Don Bosco College de Newton) L.	93.750
Para Além da Cortina (remessa da Inspetoria Subalpina) L.	2.431.000
Para o Padre Liviabella (Japão) .....	L. 25.000
Para a Editôra publicar a "Vida de Cristo" do Pe. Ricciotti, Don Bosco Sha di Tokio .....	L. 100.000
As outras quantias, não destinadas pelos ofertantes, foram atribuídas às seguintes obras entre aquelas propostas nos "Ato do Conselho Superior" de fevereiro de 1969:	
Para as Missões do Vicariato de Méndez (Equador) ....	L. 1.000.000
Para as Missões de Humaitá (Brasil) .....	L. 286.200
Para a Cidade de Dom Bosco de Corumbá (Brasil) .....	L. 1.000.000
Para as Missões do Rio Negro (Manaus Brasil) .....	L. 1.750.000
Para o Oratório São Luiz de Assunção (Paraguai) ....	L. 1.250.000
Para a Biblioteca dos Teólogos e Filósofos do Uruguai ...	L. 1.000.000
Para a Coréa: irmãos em formação Aspirantado de Kwangju .....	L. 637.950
Para o Aspirantado de Ypacaraí (Paraguai) .....	L. 1.400.000
Para Haiti (Port-au-Prince) .....	L. 1.500.000
Para a Cidade dos meninos de Lubumbashi (Congo) ....	L. 1.000.000
Para o Vietnã — (Aspirantado) .....	L. 500.000
Para os filhos dos neófitos de Azimganj (Calcutá) ....	L. 500.000
TOTAL DAS QUANTIAS DESTINADAS .....	L. 24.991.400

9 — “Strenna” do Reitor-Mor para o ano de 1970

“A lei fundamental da perfeição humana, e portanto da transformação do mundo, é o mandamento novo do amor” (Gaudium et Spes, III, 38).

Inspirando-nos nessa afirmação do Concílio e no exemplo vivo de Dom Bosco:

1 — Descubramos novamente o significado autêntico da caridade na mensagem evangélica;

2 — Verifiquemos a eficácia da caridade na nossa vida pessoal, familiar e comunitária;

3 — Renovemos o nosso empenho para o serviço de caridade que devemos à Comunidade Eclesial e a todos os nossos irmãos.

## V - ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR E INICIATIVAS DE INTERESSE GERAL

---

Durante os meses abril-junho os Superiores Regionais visitaram as seguintes Inspetorias demorando-se em cada uma das casas para um encontro com os irmãos, presidindo a diversas reuniões de interesse Inspetorial ou regional: o Pe. Giovannini na Inspetoria Romana, o Pe. Ter Schure nas Inspetorias da Alemanha do Norte e da Holanda, o Pe. Tohill nas Filipinas, o Pe. Segarra na América Central, o Pe. Garnero nas Inspetorias de Caracas, Manaus, Porto Alegre, o Pe. Castillo nas Inspetorias do Perú, Bolívia e Paraguai.

Dessas visitas foi feita relação ao Conselho Superior o qual, nesse interim, além do govêrno ordinário da Congregação, examinou as relações acêrca do redimensionamento das diversas Inspetorias e deu o parecer sôbre propostas apresentadas.

Neste período não houve muitas atividades de caráter extraordinário, porque a atenção de tôdas as Inspetorias estava voltada de modo particular à preparação e ao desenvolvimento dos Capítulos Inspetoriais Especiais, como fazemos notar pormenorizadamente em outra parte dos Atos.

Assinalamos, entre as iniciativas que chegaram ao nosso conhecimento, as de maior interesse geral. Em primeiro lugar o Curso para Neo-Diretores realizado na Crocetta (Turim) de 17 a 29 de agosto. Estiveram presentes 63 irmãos que representavam 23 Inspetorias, na sua maioria da Europa (Itália, Espanha, Portugal), mas também da Ásia (Índia e Thailândia) e da América (México, Chile, Estados Unidos).

Em segundo lugar o Curso de preparação dos Missionários para a próxima partida, realizado no Instituto Gerini (Roma) de 27 de agosto a 24 de setembro. São 55 irmãos, dos quais 19 sacerdotes, 22 clérigos, 14 coadjutores. Sua proveniência é das seguintes Inspetorias: Central (6), Subalpina (7), Adriática (1), Campano-Calabresa (4), Lígure-Toscana (1), Lombardo-Emiliana (1), Novarese-Elvética (1), Apúlias (3), Romano-Sarda (2), Siciliana (1), Veneta-Leste (4), Veneta-Oeste (4), Austríaca (1), Bêlgica-Norte (1), Jugoslávia (2), Polónia-Norte (2), Barcelona (2), Bilbao (2), Córdova (1), Leão (3), Madrid (3), Sevilha (2), Valência (1), U.S.A. — S. Francisco (1).

45 desses irmãos estão destinados à América Latina; 10 ao Continente Asiático.

## VI - DOCUMENTOS

---

### **Nova forma de profissão temporânea anual**

**SACRA CONGREGATIO  
PRO RELIGIOSIS**

**ET INSTITUTIS SAECULARIBUS  
N. 15737/69**

Beatíssimo Padre,

O Reitor-Mor da sociedade salesiana de São João Bosco, na derrogação do artigo 182 das Constituições, implora de V. Santidade a faculdade de experimentar uma nova forma de profissão temporânea "ad annum" renovável anualmente pela duração de um triênio; isto na espera do Capítulo Geral Especial que se celebrará em 1971.

E pela graça, etc.

Vigore facultatum a Summo Pontifice tributarum, Sacra Congregatio pro Religiosis ed Institutis Saecularibus, attentis expositis, annuit pro gratia iuxta preces, servatis ceteris servandis.

Contrariis quibuslibet non obstantibus.

Datum Romae, die 10 maii 1969

I. Card. Antoniutti  
*prae*f.

C. Addivinola Ad. a Studiis

## VII - MAGISTÉRIO PONTIFÍCIO

---

### 1 — Tornar fácil o cristianismo sem esquecer a cruz

*Discurso pronunciado pelo Santo Padre Paulo VI, na audiência geral de 25 de junho de 1.969.*

Diletos filhos e filhas.

Nestas breves conversações das Audiências gerais parece-nos ainda ser nosso dever refletir sôbre o Concílio. E por agora o fazemos sem reportar-nos aos seus vários e específicos ensinamentos, mas com algumas observações de índole muito sumária. Esta, por exemplo, que todos podem fazer por si: o Concílio produziu no mundo cristão uma mentalidade, uma sua mentalidade. Está claro que no fundo desta mentalidade se encontra uma convicção muito boa, um postulado, uma idéia de base que alguns admitem como já adquirida, outros mais perspicazes, como para ser adquirida, para ser realizada. E esta convicção nos diz que o Concílio quer uma profissão cristã mais séria, mais autêntica, mais verdadeira. Um aprofundamento na sinceridade. E esta idéia, dizia-vos, é muito boa. Podemos e devemos fazê-la nossa, porque dela partiu o Concílio como, aliás, desta aspiração para uma perfeita interpretação da vida cristã, seja no pensamento que na vivência, parte continuamente a ação didática, santificadora e pastoral da igreja. Mas, depois do Concílio, como se exprime esta mentalidade renovada? Para onde se dirige a sua busca de um cristianismo autêntico vivo e de acôrdo com os nossos tempos? Exprime-se de várias maneiras. Uma delas é a de entender-se *fácil* adesão ao cristianismo; e portanto tender a torná-lo fácil.

#### *A Mentalidade do Concílio*

Um cristianismo fácil: esta nos parece uma das aspirações mais óbvias e mais difundidas depois do Concílio. Facilidade: a palavra é sedutora; e é também em certo sentido aceita, mas pode ser ambígua. Pode constituir uma belíssima apologia da vida cristã, se a entendemos como se deve; e poderia constituir uma falsificação, uma concessão cômoda, um “*minimismo*” fatal. É necessário prestar atenção.

Que a mensagem cristã se apresente na sua origem, na sua essência, na intenção salvadora, no desígnio misericordioso que o permeia totalmente, como fácil, feliz, aceitável e admissível, está fora de dúvida. É uma das mais seguras e confortáveis garantias da nossa religião; sim, bem compreendido o cristianismo é fácil. É necessário pensá-lo assim, presentá-lo assim, vivê-lo assim. Jesus mesmo o disse: “O meu jugo é suave e o meu pêso é leve” (Mt. 11,30). Repetiu-o, repreendendo os fariseus meticulosos e intransigentes, do seu tempo: “Atam cargas pesadas e impossíveis de levar e as põem sobre os ombros dos homens” (Mt. 23,4; Cf. Mt. 15,2, ss.). E uma das idéias mestras de São Paulo não foi por acaso essa de exonerar os novos cristãos da difícil, complicada e já supérflua observância das prescrições legais do Testamento anterior a Cristo?

### *O Preceito Máximo do Amor de Deus*

Deseja-se algo de semelhante também para os nossos dias, orientados para concepções espirituais, simples e fundamentais. Sintéticas e acessíveis a todos: não condensou por acaso o Senhor no preceito máximo do amor e naquele que o segue e dêle deriva, do amor ao próximo, “tôda a lei e os profetas” (Mt. 22,40)? Exige-o a espiritualidade do homem moderno, a dos jovens especialmente; reclama-o uma exigência prática de apostolado e de penetração missionária. Simplificar e espiritualizar, isto é, tornar fácil a adesão ao cristianismo; esta é a mentalidade que parece brotar do Concílio: nada de juridicismo, nada de dogmatismo, nada de ascetismo, nada de autoritarismo, se diz com demasiada desenvoltura: é necessário abrir as portas a um cristianismo fácil. Tende-se assim a emancipar a vida cristã das assim chamadas “Estruturas”; tende-se a dar às verdades misteriosas da fé uma dimensão que pode ser contida na linguagem corrente e compreendida pela forma mental moderna, desvencilhando-a de formulações escolásticas tradicionais e confirmadas pelo magistério da autoridade da igreja; tende-se a assimilar a nossa doutrina católica àquela de outras concepções religiosas; tende-se a soltar os vínculos da moral cristã, vulgarmente qualificados como “tabu” e das suas exigências práticas de formação pedagógica e de observância disciplinar, para conceder ao cristão, fôsse embora êle um ministro dos “mistérios de Deus” (1 Cor. 4,1; 2 Cor. 6,4) um seguidor da perfeição evangélica (cf. Mt. 19,21; Lc. 14,33), uma assim chamada integração com o modo de viver da gente comum. Quer-se, repetimos, um cristianismo fácil, na fé e nos costumes.

Mas não se vai além do limite daquela autenticidade, a que todos nós aspiramos? Aquêle Cristo, que nos trouxe o seu Evangelho

de bondade, de alegria e de paz, talvez não nos tenha exortado também a entrar “pela porta estreita” (Mt. 7,13)? E não pretendeu talvez uma fé na sua palavra que vai além da capacidade da nossa inteligência? (cf. Jo. 6, 62-67). E não disse Ele também que “aquêlle que é fiel no pouco, é fiel também no muito” (Lc. 16,10)? Não fez Ele consistir a obra da sua redenção no mistério da Cruz, loucura e escândalo (1 Cor. 1,23) para êste mundo mas condição da nossa salvação a sua participação?

Aqui a lição se torna longa e difficil. Surge a pergunta: mas então o cristianismo é fácil? Então não é mais aceitável por nós modernos, e não é mais apresentável ao mundo contemporâneo. Renunciamos neste momento a resolver devidamente esta grave mas não profunda difficuldade. Lembramos tão sòmente que o preço das coisas fáceis se são bonitas, se são perfectas, se tornadas assim superando obstáculos formidáveis, é sempre alto. Pensemos, por exemplo, nessa lei que preside a todo esforço da cultura e do progresso, quando temos ocasião de viajar de avião: voar, como é fácil! Mas quantos estudos, quantos trabalhos, quantos riscos, quanto sacrificio custou!

#### A “*Humanae Vitae*” e Um Pensamento Secreto

Mas para ficarmos ao nosso tema, nós perguntamos: o cristianismo estaria feito para os temperamentos fracos de força humana para os débeis de consciência moral? Para os homens fracos, mornos, conformistas e descuidados das austeras exigências do Reino de Deus? Perguntamo-nos às vèzes se não se deve procurar entre as causas da diminuição das vocações para o seguimento generoso de Cristo, sem reservas e sem retornos, a da apresentação superficial de um cristianismo adocicado, sem heroísmo e sem sacrificio, sem a Cruz, por isso despido da grandeza moral de um amor total. E nos perguntamos também se entre os motivos das objecções levantadas contra a encíclica “*Humanae Vitae*” não haja também um secreto pensamento: abolir uma lei difficil para tornar a vida mais fácil. (Mas se é lei que tem seu fundamento em Deus, que fazer?).

Nós repetiremos: sim, o Cristianismo é fácil; é sábio, tem por obrigação de aplainar todo caminho que leva a êle, com tóda facilitação possível. E é isso que a Igreja, depois do Concílio, procura fazer por todos os modos, mas sem atraiçoar a realidade do Cristianismo. O qual realmente é fácil com alguma condição: para os humildes, que recorrem à ajuda da graça, com a oração, com os sacra-

mentos, com a confiança em Deus, “que não permitirá, diz São Paulo, que sejais tentados além do que podem as vossas fôrças, antes, fará que tireis delas vantagens para a poderdes superar” (1 Cor. 10,13); e para os corajosos que sabem querer e amar, sobretudo amar. Digamos com Santo Agostinho: o jugo de Cristo é suave, para quem ama; pesado para quem não ama: “amanti, suave est; non amanti, durum est” (Serm. 30; P.L. 38, 192).

Procurai, filhos caríssimos, fazer esta feliz experiência: tornar fácil por meio do amor a vida cristã!

Com a nossa bênção apostólica.

## 2 — Purificação, aprofundamento, aplicação “para renovar e vivificar o cristianismo”

*Discurso do Santo Padre Paulo VI na audiência geral de 2 de julho de 1969.*

Diletos filhos e filhas

É nosso desejo acolher as grandes palavras do Concílio, aquelas que lhe definem o espírito, e, em síntese dinâmica, formam a mentalidade daqueles que, dentro e fora da Igreja, se referem ao Concílio. Uma dessas palavras é: *novidade*. É uma palavra simples, muitíssimo usada, muito simpática aos homens do nosso tempo. Levada para o campo religioso é maravilhosamente fecunda, porém, mal interpretada, pode tornar-se explosiva. Mas é palavra que nos foi transmitida como uma ordem, como um programa. Antes nos foi anunciada como uma esperança. É uma palavra que chega até nós das páginas da Sagrada Escritura: “Eis (diz o Senhor), eu faço coisas novas”; é o profeta Isaías que fala assim; e a êle faz eco São Paulo (2 Cor., 5,17), e depois o Apocalipse: “Eis que eu faço novas tôdas as coisas” (21,5). E Jesus, o Mestre, não é êle mesmo um renovador? “Vós ouvistes que foi dito aos antigos... Mas eu vos digo...” (Mt., 5), Êle repete no discurso da montanha. O batismo isto é o início da vida cristã não é também êle uma regeneração? “Nós devemos caminhar em novidade de vida” (Rom, 6,4). E assim tôda a tradição do cristianismo, em busca da sua perfeição; ela retoma continuamente o conceito de novidade, quando fala de conversão, de reforma, de ascética, de perfeição. O cristianismo é como uma árvore, em eterna primavera, a espera de novas flores, de novos frutos; é uma concepção dinâmica, é uma vitalidade inesgotável, é uma beleza.

*Um espírito novo*

O Concílio se apresentou exatamente assim. Dois termos o qualificaram: renovação (cf. *Lumen Gentium*, n. 8 in fine; *Optatam*, introd.), e “aggiornamento”; termo êste, ao qual o papa João deu livre trânsito, e hoje faz parte da linguagem comum, e não só na Itália (cf. A.A.S., 1963, p. 750); dois têrmos que falam de novidade; o primeiro referindo-se mais ao campo interior, espiritual; o outro ao exterior, canônico, institucional.

A nós está muitíssimo a peito que êste “espírito de renovação” (é assim que se exprime o Concílio: *Optatam*, in fine) seja compreendido por todos e se mantenha vivo. Ele responde à situação exata do nosso tempo, todo êle em rápida e enorme transformação, isto é sempre pronto a produzir novidades em todos os setores da vida moderna. Nasce, de fato, espontâneo na mente a comparação: tudo no mundo se transforma e a religião não? não acontece, entre a realidade da vida e o cristianismo, especialmente católico, uma diferenciação, um alheamento, uma incompreensão recíproca, uma hostilidade mútua; uma corre, a outra está parada: como podem estar de acôrdo? Como pode o cristianismo pretender influenciar hoje a vida? E eis a razão das reformas encetadas pela Igreja especialmente depois do Concílio; eis o Episcopado preocupado na promoção da renovação de acôrdo com as necessidades presentes (cf. mensagem do Episcopado Trentino e Altoatesino ao Clero, 1967); eis as Ordens Religiosas prontas a reformar os seus Estatutos; eis a reforma Litúrgica, da qual todos conhecem a extensão e a importância; eis a educação cristã reexaminar os métodos da sua pedagogia; eis tôda a legislação canônica preparando-se para uma revisão renovadora. E quantas outras novidades consoladoras e prometedoras brotam na Igreja para testemunhar a nova vitalidade que também nesses anos tão difíceis para a religião provam a assistência contínua do Espírito Santo! O desenvolvimento do ecumenismo, guiado pela fé e pela caridade, é por si só suficiente para assinalar um progresso quase imprevisível no caminho e na vida da Igreja. A esperança, que é o olhar da Igreja para o futuro, plenifica o seu coração, e diz como êle pulse numa nova e amorosa espera. A Igreja não está envelhecida, é antiga; o tempo não a dobra, e, se ela se mantém fiel aos princípios intrínsecos e extrínsecos da sua misteriosa existência, êle a renova. Ela não tem medo da novidade, vive dela. Como uma árvore, de raiz segura e fecunda, a Igreja tira de si mesma para todos os ciclos históricos a sua primavera.

Talvez vos lembreis daquilo que o Cardeal Suhard, Arcebispo de Paris, escrevia em 1947 numa carta pastoral, que se tornou célebre,

“Éssor ou déclin de l’Eglise”: “A guerra não é um *intermezzo*, mas um epílogo... a era que se inaugura depois dela assume a imagem de um prólogo...”. Não podemos dizer diversamente do Concílio. O Concílio assinalou a abertura de um novo ciclo. Ora ninguém pode negar que este ciclo tenha características novas, como dizíamos. Mas aqui o exame da novidade obriga-nos a perguntar se todos os fenômenos novos pós-conciliares são bons.

Poderíamos limitar-nos a convidar vosso juízo sereno a tentar esse exame. Alguém observou que a novidade não sempre tende ao melhor. Por si a novidade significa mudança. A mudança não deve ser julgada tanto por si, quanto pelo conteúdo, pela sua finalidade. A novidade hoje nos leva realmente para um cristianismo melhor? Quais critérios podem ajudar-nos no julgamento da bondade daquilo que é novo na vida da Igreja? Há quem observe fenômenos não de progresso novo, mas de decadência nova; há quem fale não de evolução, mas de revolução, não de incremento, mas de decomposição.

### *Volta à Fonte*

A questão da “novidade” na vida católica é extremamente complexa. Limitemo-nos a uma única observação, que é esta: a novidade na Igreja não pode ser uma *ruptura* com a tradição. A mentalidade revolucionária entrou bastante também na mentalidade de muitos cristãos, de bons cristãos. A ruptura que nos é permitida é para a conversão, da ruptura com o pecado, não com o patrimônio de fé e de vida, dos quais somos herdeiros responsáveis e afortunados. As inovações necessárias e oportunas às quais devemos aspirar, não podem resultar de um afastamento arbitrário da raiz viva, que Cristo nos transmitiu desde o momento em que apareceu no mundo e fez da Igreja “sinal e instrumento” da validade da nossa união com Deus (*Lumen Gentium*, n. 1). Antes, a novidade para nós consiste essencialmente, via ordinária, exatamente na volta à tradição genuína e à sua fonte que é o Evangelho. “A renovação da vida religiosa... requer... contínua volta às fontes”. Ensina O Concílio (*Perfectae Caritatis*, n. 2); e aquilo que ensina aos religiosos vale, em geral, para todo o Povo de Deus. Quem substitui a sua própria experiência espiritual, ou seu próprio sentimento de fé subjetiva, a sua própria pessoal interpretação da palavra de Deus certamente cria uma novidade, mas é um desastre. Assim quem despreza a história da Igreja naquilo que ela tem como ministério carismático para tutela e transmissão da doutrina e da moral cristã, pode criar novidades atraentes, mas que faltam de força vital e salvífica: a nossa religião, que é a verdade, que é a realidade divina na história do ho-

mem, não se inventa, e nem sequer, exatamente falando, se descobre; ela se recebe, e por mais antiga que seja, é sempre viva, sempre nova; perene, queremos dizer, e sempre apta a florescer com novas e genuínas expressões. Fica, portanto, claro, diz o Concílio, que a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, segundo o sapientíssimo plano de Deus, estão de tal maneira entrelaçados e unidos que um não pode subsistir sem os outros” (Dei Verbum, n. 10).

### *Renovação interior*

Isto, dirá talvez algum impaciente contestador, é imobilismo; esta é a esclerose que cristaliza o cristianismo em fórmulas rígidas e superadas; nós queremos um cristianismo vivo. Sim, um cristianismo vivo; e o queremos nós também, mais do que todos. E aqui não daremos uma lição, seria muito longa, sôbre métodos, mediante os quais se pode vivificar, e, se necessário, ressuscitar o nosso cristianismo; indiquemos sômente alguns parágrafos dessa operação, que pode ser pequena e humilde ou estrondosa e gigantesca. Eis: a primeira renovação, recordemô-lo bem, é interior, é pessoal (cf. *Lumen Gentium*, nn. 7-15; *Unit. redint.*, nn. 4-7-8). “Renovai-vos no espírito da vossa mente”, recomenda São Paulo (Ef. 4,23): esta é a verdadeira, a primeira, a nossa novidade cristã; todos e cada um de nós deve tender a isso. Depois, se vos agrada refletir, a novidade na vida cristã, na Igreja pode advir pela *purificação*, operação esta sempre em marcha; pelo *aprofundamento*; quem pode dizer que compreendeu tudo, que valorizou tudo do tesouro da palavra, da graça, do mistério que trazemos em nós? Quanto pode ainda crescer o cristianismo por êste caminho! E depois pela *aplicação*: não se trata tanto de inventar um cristianismo nôvo para os tempos novos, quanto de oferecer ao cristianismo autêntico as referências novas, de que êle é capaz e de que nós necessitamos. Não vos parece?

### **3 — A verdade revelada, guardada pela autoridade, é a raiz íntima e profunda da liberdade**

*Discurso do Santo Padre Paulo VI, na audiência geral de 9 de julho de 1969.*

Diletos filhos e filhas

Nós queremos mais uma vez, neste colóquio familiar, reportar-nos ao Concílio, observando, como dizíamos na última vez, a men-

talidade que êle criou: uma mentalidade aberta sôbre alguns aspectos da vida cristã, dos quais convém tomarmos bem consciência e delinear em seus justos termos, não isolando-os como conceitos abstratos, ou como formas de vida isoladas, mas considerando-os na colocação harmônica da concepção genuína, renovada e global do catolicismo.

Um desses aspectos é o da liberdade. O Concílio falou de liberdade, referindo-a a muitas coisas. A liberdade é uma palavra mágica. Ela deve ser estudada com diligência séria e serena, se não se lhe quer apagar o brilho e torná-la um termo de confusão equívoco e perigoso. Nenhum de nós quererá confundí-la com a indiferença ideológica e religiosa, menos ainda com o individualismo erigido a sistema, ou com a irresponsabilidade, o capricho e a anarquia. Haveria uma longa lição a dar sôbre as distinções e reservas acêrca de uma palavra tão em moda e que parece ter um parentesco próximo com a liberdade, a palavra revolução, com certos seus derivados, tão ao sabor do dia.

### *Autodeterminação*

Mas considerada no seu conceito humano e racional, como autodeterminação, como livre arbítrio, nós seremos os primeiros a exaltar a liberdade, a reconhecer-lhe a existência, a reivindicar-lhe a tradição no pensamento católico, que sempre reconheceu esta prerrogativa essencial do homem. Basta recordar a encíclica "Libertas", do Papa Leão XIII em 1888. O homem é livre, porque dotado de razão, e como tal juiz e dono de suas próprias ações.

Contra as teorias deterministas e fatalistas seja de caráter interior, psicológico, seja de caráter exterior, sociológico, a Igreja sustentou sempre que o homem normal é livre e por isso responsável pelas suas ações.

Ela aprendeu esta verdade não só dos sábios ensinamentos da sabedoria humana, mas também, e sobretudo, dos ensinamentos da revelação. Ela reconheceu na liberdade um dos sinais primordiais da semelhança do homem com Deus, lembrando entre muitíssimas outras esta palavra sintética da Sagrada Escritura: "Deus criou o homem desde o princípio, e deixou-o na mão do seu conselho" (Ecl. 15,14; Deut. 30,19). Cada um vê como desta premissa derive a noção de responsabilidade, de merecimento e de pecado; e como a essa condição do homem esteja ligado o drama da sua queda e da redenção reparadora. Mais ainda, a igreja católica sempre sustentou que nem sequer o abuso inicial, que o primeiro homem fêz da sua liber-

dade, o pecado original, comprometeu nos seus infelizes herdeiros de um modo total, como sustenta a reforma protestante, a capacidade do homem a agir livremente (cf. S. Agostinho, De libero arbitrio, II, P.L. 32, 1239, ss.; Retract, ib. 595, ss.; S. Th. I, 83; I-II, 109; Denz.-Schoen. 1486 (776), 1521 (793); etc).

Como também a Igreja sempre sustentou que “ninguém pode ser obrigado pela força a abraçar a fé” (Dich. “Dignitatis humanae”, n. 12); e também afirmou, durante toda a sua longa história a custo de opressões e de perseguições, a liberdade de cada um professar a sua religião: ninguém, diz ela, deve ser *impedido*, ninguém deve ser *obrigado* no que tange à sua própria consciência religiosa (ib. n. 2).

### *Lei Interior*

Simplificando muito a imensa e complexa matéria relativa à liberdade, podemos observar antes de tudo que o Concílio absolutamente não descobriu, ou inventou a liberdade; êle reivindicou a consciência pessoal os direitos inalienáveis, apoiou-os com a magnífica teologia do Novo Testamento, proclamou-os para todos no âmbito do consórcio civil; isto é, sustentou, além da existência, o exercício da liberdade em duas direções principais: a *direção pessoal*, admitindo para cada um alto grau de autonomia, reconhecendo o domínio à consciência, regra próxima e indeclinável (cf. Rom. 14, 23) da ação moral, por isso tanto mais necessitada de ser iluminada pela verdade e sustentada pela graça (cf. Gal. 5,1; Jo. 8,36), quanto mais ela sòzinha hoje tende a determinar-se (cf. Gadium et spes, n. 16 e 17); e a *direção social*, exigindo, como dizíamos uma verdadeira e pública liberdade religiosa, sempre respeitando porém os direitos alheios e a ordem pública (D.H. 7, etc.), e sustentando o “princípio de subsidiariedade” (G.S. 86), o qual numa sociedade bem organizada tende a deixar a mais ampla liberdade possível às pessoas e às entidades subalternas, e tornar obrigatório tão sòmente aquilo que é necessário para um bem importante, impossível de ser conseguido de outra forma, e em geral para o bem comum (D.H. 7).

A mentalidade favorecida pelos ensinamentos do Concílio leva o problema da liberdade, mais do que antigamente, para o foro interior da consciência, por isso tende a temperar a intromissão da lei externa, mas tende a aumentar a interferência da lei interior, da responsabilidade pessoal, da reflexão sòbre as obrigações máximas do homem e que são a retidão viril na prática do bem até à perfeição da santidade, é o sentido da lei natural, isto é da racionalidade moral ontológica, que hoje tanto se admira nos heróis da antiguidade

(cf. por exemplo, nos protagonistas da tragédia grega) e nos modernos (nos campeões por exemplo, da resistência, da bondade, do sacrifício), ao mesmo tempo que se discute, até duvidar da sua existência e da sua permanência, (vejam-se por exemplo, certas contestações às referências à lei natural na nossa Encíclica "Humanae Vitae").

Sabemos como o Evangelho tenha acentuado a interioridade da obrigação moral, como lhe tenha fixado a síntese incomparável no preceito máximo e hoje demasiadamente esquecido do amor total a Deus, do qual deriva, por motivação e por semelhança, o amor ao próximo, aberto para todos, parentes, amigos, estranhos, distantes e inimigos, isto é, a tóda a humanidade. Esta orientação moral em favor da pessoa e da liberdade particular autoriza uma explicação mais ampla e espontânea, e também mais precoce da liberdade; gera um lícito pluralismo de costumes, naquilo que eles têm de contingente; e favorece a riqueza das livres e legítimas expressões locais, linguísticas, culturais; alarga também no interior da Igreja, aquela liberdade de estudos e de iniciativas, da qual já gozavam os filhos afeiçoados e fiéis (veja-se por exemplo, a multiplicidade das organizações, caritativas, religiosas, culturais, missionárias, que a autoridade da igreja, ainda antes do Concílio, não somente permitia, mas favorecia), dos quais hoje se tem tão vivo desejo e nos quais esperamos haja verdadeira promessa de autêntica vida católica.

### *Uma Felicidade Histórica*

Teremos pois um período na vida da Igreja, e portanto em cada um de seus filhos, de maior liberdade, isto é, de menores obrigações legais e de menores inibições interiores. Será reduzida a disciplina formal, abolida qualquer intolerância arbitrária, qualquer absolutismo; será simplificada a lei positiva, temperado o exercício da autoridade; será promovido aquêlê senso de liberdade cristã, que tanto interêsse despertou na primeira geração cristã, quando ela se sentiu dispensada da observância da lei mosaica e de suas complicadas prescrições rituais (cf. Gal. 5,1).

Por isso nós devemos educar-nos para o uso sincero e magnânimo da liberdade do cristão, subtraído ao domínio das paixões (cf. Rom. 8,21 e à servidão do pecado) (Jo. 8,34), e interiormente animado pelo alegre impulso do Espírito Santo, pois que, como disse São Paulo, "aquêles que são guiados pelo Espírito de Deus, êsses são filhos de Deus" (Rom. 8,14).

Mas ao mesmo tempo devemos ter consciência que a nossa liberdade cristã não nos subtrai à lei de Deus, nas suas exigências supremas de sabedoria humana, de seguimento evangélico, de ascetismo penitencial, e de obediência à ordem comunitária, próprio da sociedade eclesial.

A liberdade cristã não é carismática, no sentido arbitrário, que alguns hoje se atribuem: sêde “livres, nos ensina o Apóstolo Pedro, não tendo a liberdade por véu para encobrir a malícia, mas como servos de Deus” (1 Pd. 2,16); não é desafio incessante à norma vigente na sociedade civil, cuja autoridade, é São Paulo que fala, — obriga em consciência (Rom. 13, 1-7), e na sociedade eclesiástica, plasmada pela fé e pela caridade, e governada por uma autoridade revestida de poderes não provenientes da base, mas de origem divina, por instituição do Cristo e sucessão apostólica; podêres se fôr o caso indiscutíveis (Lc. 10,16; 1 Jo. 4,6), e graves (1 Cor. 4,21), embora sempre voltados mais do que para o domínio (cf. 2.ª Cor. 1,23; 1 Cor. 13,10), à edificação, isto é, à libertação espiritual dos fiéis.

Portanto resumamos: o nosso tempo do qual o Concílio se faz intérprete e guia, reclama liberdade. Nós devemos sentir-nos felizes e preocupados por essa grande felicidade histórica. Onde poderemos encontrar a verdadeira liberdade, se não na vida cristã? Ora a vida cristã exige uma comunidade organizada, exige uma Igreja, segundo o pensamento de Cristo, exige uma ordem, exige uma livre e sincera obediência; exige por isso uma autoridade que guarde e ensine a verdade revelada (2 Cor. 10,5); porque ela é a raiz íntima e profunda da liberdade, como Cristo afirmou: “A verdade vos libertará” (Jo. 8,32).

Lembraí-vos disso, filhos caríssimos.

#### 4 — Voltar à oração pessoal

*Discurso do Santo Padre Paulo VI na audiência geral de 13 de agosto de 1969.*

Diletos filhos e filhas

Na nossa breve exortação de domingo passado na reza do “Angelus” recordávamos aos nossos visitantes, a oportunidade de reservar o período das férias de verão algum momento para a vida do espírito, para o silêncio, para a reflexão, para a oração. Queremos tomar êste mesmo argumento convosco, filhos caríssimos, neste en-

contro rápido, mas talvez importante, debaixo de um aspecto mais geral; e isto é, da necessidade de voltar à oração pessoal.

Por que voltar? Porque nós pensamos, e gostaríamos fôsse desmentido pelos fatos (como felizmente acontece em muitos casos), que hoje também os bons, também os fiéis, também aquêles que estão consagrados a Deus, rezam menos que em outros tempos. Dizendo isto nós sentimos pesar por dever prová-lo e dizer o porquê. Mas não cumprimos agora êsse dever. Exigiria um longo discurso. Convidamos, antes, a cada um de vós a fazer para si esta pergunta: reza-se hoje? O homem moderno sabe rezar? Sente a sua obrigação? Sente a sua necessidade? E também o cristão tem facilidade, tem gôsto, tem empenho na oração? Conserva sempre a afeição para as formas de oração, que a piedade da Igreja, embora não declarando oficiais, isto é pròpriamente litúrgicas, nos ensinou e recomendou tanto, como o rosário, a Via Sacra, etc. e especialmente a meditação, a adoração eucarística, o exame de consciência, a leitura espiritual?

### *Rito e Mistério*

Ninguém quererá atribuir a diminuição da oração pessoal, e sobretudo da vida espiritual, da religiosidade interior, da "piedade", entendida como devoção, como expressão do dom do Espírito Santo, pelo qual nos dirigimos a Deus na intimidade do coração com um nome familiar e altíssimo de Pai (cf. Rom. 8, 15-16; S. Th. II — IIae. 121,1), à Liturgia, isto é à celebração comunitária e eclesial da palavra de Deus e dos mistérios da Redenção (cf. Sac. Cons. n.º 2); a qual Liturgia, graças a um intenso e longo movimento religioso, coroado, antes canonizado pelo recente Concílio, adquiriu incremento, dignidade, acessibilidade e participação na consciência e na vida espiritual do povo de Deus desejando nós que no futuro próximo cresça ainda mais. A Liturgia tem o seu primato, uma plenitude própria por si mesma uma sua eficácia, que todos devemos reconhecer e promover. Mas a Liturgia, por sua natureza pública e oficial na Igreja, não substitui, não empobrece a religião pessoal. A Liturgia não é sòmente rito; é mistério e como tal exige a adesão consciente e fervorosa de quantos dela participam; supõe a fé, a esperança, a caridade, e tantas outras virtudes e sentimentos, atos e condicionamentos, como a humildade, o arrependimento, o perdão das ofensas, a intensão, a atenção, a expressão interior e vocal, que dispõe o fiel a mergulhar na Realidade Divina, que a celebração Litúrgica torna presente e operante. A religião pessoal sendo possível a cada um, é condição indispensável à autêntica e consciente participação Litúrgica; não só: ela é o fruto, a consequência desta participação destinada

exatamente a santificar as almas e a corroborar nelas o sentido de união com Deus, com Cristo, com a Igreja, com os irmãos da humanidade inteira.

A diminuição, se ainda existe, da religiosidade pessoal deve ser buscada em outra diferente direção. Procuraria ainda perguntar-vos: Por que hoje a vida interior, queremos dizer a vida de oração, é menos intensa e menos fácil nos homens do nosso tempo, isto é, em nós mesmos? Pergunta que exigiria resposta extremamente complexa e difícil mas que agora podemos sintetizar assim: nós somos educados para a vida exterior, que teve desenvolvimento e atração maravilhosas, e não para a vida interior cujas leis e satisfações pouco conhecemos: o nosso pensamento se desenvolve principalmente no reino sensível (fala-se da “civilização da imagem”: rádio, TV, fotografias, símbolos e esquemas mentais etc.), e no reino social, isto é, na conversação e na relação com os outros; somos extrovertidos; até mesmo a teologia cede muitas vezes o passo à sociologia; a mesma consciência moral é suplantada pela psicológica, e reivindica uma liberdade, que deixando-a entregue a si mesma, leva-a a procurar fora de si, muitas vezes no mimetismo da moda, a própria orientação. Onde está Deus? Onde está Cristo? Onde está a vida religiosa da qual ainda e sempre sentimos uma obscura, mas insatisfeita necessidade?

### *Uma Certeza, Um Conforto*

Vós sabeis como esta situação constitue o drama espiritual, e podemos dizer humano e civil do nosso tempo.

Mas agora no que tange a nós, filhos da Igreja, basta-nos lembrar, com um célebre pensamento de Santo Agostinho (intus eras, et ego foras; conf. 10,27; Pl. 32, 795), que o ponto de encontro essencial com o mistério religioso, com Deus, está dentro de nós, está na cela interior do nosso espírito; está naquela atividade pessoal, que chamamos oração. É nessa atitude de busca, de auscultação, de súplica, de docilidade (cf. Jo. 6,45), que a ação de Deus nos alcança normalmente, dá-nos luz, dá-nos o sentido das coisas reais e invisíveis do seu reino, torna-nos bons, torna-nos fortes, torna-nos fiéis, torna-nos como êle nos quer.

Dizemos a vós, Irmãos e Irmãs, consagrados ao Senhor, que tendes o direito e dever de manter alegre conversação com Êle; dizemo-lo a vós, jovens, ávidos de encontrar a chave do nôvo século; a vós cristãos que quereis descobrir a síntese possível, purificadora

e beatificadora da vida vivida, hoje, e da fé que sempre conservais com apêgo; a vós homens do nosso tempo, lançados no turbilhão das vossas prementes tarefas, experimentais a necessidade de uma certeza, de um confôrto, que nada no mundo vos dá; a todos dizemos: Rezai irmãos! Orate, fratres! Não vos canseis da tentativa de fazer brotar do fundo do vosso espírito, e com a vossa voz íntima êste Tu!, dirigido ao Deus inefável, a êste misterioso outro que nos observa, que nos espera, que nos ama; e certamente não sereis iludidos e abandonados, mas experimentareis a alegria nova de uma resposta inebriante: *Ecce adsum*; eis que estou aqui! (Is. 58,9).

### 5 — Renovada exortação a cultivar o espírito e a prática da oração pessoal

*Discurso do Santo Padre Paulo VI na audiência geral a 20 de agosto de 1969.*

Nós dizíamos, num precedente encontro como êste, que é necessário hoje e sempre; mas hoje, devido às condições presentes da nossa existência, tão absolvida pelo fascínio da exterioridade e tão perturbada pela profundidade e pela rapidez das mudanças em movimento, hoje mais do que nunca é necessário alimentar o espírito e a prática da oração pessoal.

Sem uma verdadeira, íntima, contínua vida interior de oração, de fé, de caridade, não será possível conservarmos a vida cristã, não se pode útil e sãbiamente participar do pujante renascimento litúrgico, não se pode eficazmente dar testemunho daquela autenticidade cristã, da qual muitas vêzes se fala, não se pode pensar, respirar, agir, sofrer, esperar plenamente com a Igreja viva e peregrina: é necessário rezar. Seja a inteligência das coisas e dos acontecimentos, seja a misteriosa mas indispensável ajuda da graça, diminuem em nós, e talvez venham a faltar, por deficiência de oração. Nós acreditamos que muitas das crises espirituais e morais de pessoas, educadas e inseridas em diferentes níveis no organismo eclesástico, sejam resultado da languidez e talvez da falta de uma regular e intensa vida de oração, sustentada até ontem por sábios hábitos externos, abandonados os quais a oração se apaga: e com ela a fidelidade e a alegria.

Hoje nós gostaríamos, com estas simplicíssimas palavras, confortar em vós a vida de oração, qualquer que seja a vossa idade e a vossa condição. Nós supomos que cada um de vós sinta de alguma forma o seu problema relativo ao dever e à necessidade da oração.

Julgamo-vos, antes, fiéis a ela e desejosos de reencontrá-la melhor em si mesma, especialmente pela animação nascida do Concílio e de nôvo avivada pela moderna e honesta profundidade da vida moderna. Mas gostaríamos que cada um de vós classificasse a si mesmo em uma das categorias, que uma elementar observação oferece à experiência comum.

Há uma primeira categoria, talvez a mais vasta; é a das almas espiritualmente adormecidas. O fogo não está apagado, mas está coberto de cinzas. A semente não está morta, mas, como diz a parábola evangélica, está sufocada pela vegetação circunstante (Mt. 13,7-22), pela "solicitude das coisas presentes" e pela "ilusão das riquezas".

A tendência a secularizar tôda atividade humana exclui gradualmente a oração do costume público e das atitudes particulares. Reza-se ainda a oração da manhã e da noite com a consciência de infundir com ela num significado transcendente, um valor que fica do dia que passa? Queremos acreditar que ainda se vai à Igreja, recita-se ainda o breviário, assiste-se ainda ao côro; mas o coração onde está? Índice desta fraqueza espiritual é o pêso que a oração inflige à observância sem devoção; a sua duração parece sempre demasiadamente longa, a sua forma é acusada de incompreensibilidade e de estranheza. A oração não tem asas; não é mais um prazer, uma alegria, uma paz da alma.

Estariamos nós nesta categoria?

Outra categoria, enriquecida de número de ansiedade depois das reformas litúrgicas conciliares, é a dos desconfiados, dos críticos, dos descontentes. Incomodados em seus piedosos hábitos, êsses espíritos não se resignam, se não a contragosto, às novidades; não cuidam de compreender-lhes as razões, não acham felizes as novas expressões do culto, e se entrincheiram em suas queixas, que tiram às fórmulas antigas o seu antigo sabor e se privam saborear aquêlo que a Igreja, nesta primavera litúrgica, oferece às almas abertas ao sentido e à linguagem dos novos ritos, aprovados pela sabedoria e pela reforma pós-conciliar. Um esforço não difícil de adesão e de compreensão daria o sabor da dignidade, da simplicidade, da moderna antiguidade das novas liturgias, e levaria a consolação e a vivacidade da celebração comunitária ao santuário de cada pessoa. A vida interior adquiriria uma plenitude superior.

Outra categoria é a dos que se sentem bem pagos pela caridade para com o próximo, colocando na sombra ou declarando supérflua a caridade para com Deus. Todos sabem a força negativa que assumiu essa atitude espiritual, segundo a qual não a oração, mas a ação man-

teria vigilante e sincera a vida cristã. O sentido social prevalece sobre o sentido religioso. A objeção devoradora extrapola de uma literatura audaz, e até mesmo desabusada, na opinião pública, na mentalidade popular, e se espalha também no meio de alguns, assim chamados, “grupos espontâneos”, que, inquietos pesquisadores de uma religiosidade, mais intensa, fora daquela habitual na Igreja, e por eles tachada de autoritária e artificiosa, acabam por perder a verdadeira religiosidade, substituída por uma simpatia humana, bonita e digna por si mesma, mas rapidamente esvaziada da verdade teológica e da caridade teologal.

Qual consistência real, que merecimento transcendental pode ter uma religiosidade, em que a doutrina da fé, da relação com o Absoluto, com o Deus Uno e Trino, o drama da Redenção e o mistério da graça e da Igreja são ordinariamente silenciados, e postergados aos comentários da situação social e do momento político e histórico?

Haveria muito que dizer dentro deste tema; mas não agora.

Baste-nos, por agora alertar os espíritos generosos, ávidos de Evangelho e de religião pessoal, sobre o falso fundamento dessa tendência e acerca dos perigos que ela pode gerar, com efeitos totalmente opostos, também no plano humano, àqueles desejados, tais como: a liberdade, a verdade, o amor, a unidade, a paz, a realidade religiosa infundida na sociedade e na história.

Procuremos, pois, classificar-nos no número daqueles que Jesus quer portadores de lâmpadas acesas: “Sint... lucernae ardentes in manibus vestris” (Lc. 12,35).

E, na verdade, a oração ilumina o caminho desperta a vigilância, estimula a consciência. Um célebre escritor contemporâneo põe na boca de um de seus personagens, um doutíssimo e infeliz sacerdote: “Acreditei assaz facilmente que seria possível dispensar-nos dessa vigilância da alma, numa palavra, dessa inspecção forte e subtil, à qual os nossos velhos mestres chamam com o belo nome de oração” (Bernanos, *L'impost.* p. 64).

A oração vence a escuridão e o tédio do nosso caminho. Não por nada o Senhor nos deixou este binômio Evangélico: “Vigiai e orai” (Mt. 26,41). Não só. A oração, a vida de oração, isto é, a habitual direção do espírito para Deus, mediante o colóquio filial e o silêncio concentrado nêle, leva àquela forma de espiritualidade que está impregnado do dom da Sabedoria do Espírito Santo (cf. Rom. 8,14), e que podemos chamar, também para o simples fiel, vida contemplativa. Ora, o Mestre, Santo Tomás, com a costumeira precisão, diz que a vida contemplativa constitui de algum modo o início

da bem-aventurança (quaedam inchoatio beatitudinis, II-IIae, 180, 4); refere-se ao episódio de Marta e Maria, onde esta, absorvida pelo diálogo com Cristo, obtém d'ele as célebres palavras: "Maria escolheu a melhor parte, que não lhe será tirada" (Lc. 10,42), jamais.

Eis, portanto, a consolação que nós desejamos para todos vós: que possais encontrar na oração, feita cordialmente, bem dosada na quantidade, sempre viva na intenção (cf. Lc. 18,1), a fonte de alegria e de esperança, de que necessita a nossa peregrinação na terra.

## VIII SALESIANOS DEFUNTOS

---

### *Coad. Emilio Accarias*

★ 9-10-1916 Marselha (França), † 28-5-1969 Nice (França). Com 52 anos de idade e 30 de profissão.

Partiu para a guerra pouco tempo depois da profissão e permaneceu prisioneiro durante quase todo o tempo. Em 1945 foi mandado para Nice, Escolas Profissionais, onde durante 22 anos, ocupou o lugar de chefe de oficina. Foi mestre competente e trabalhador religioso, piedoso e humilde, assistente fiel. Os últimos dois anos de vida passou-os imobilizado por uma grave doença.

### *Sac. Tiago Acchiardo*

★ 16-6-1892 em Cartignano (Cuneo-Itália), † 18-3-1969 em Barcelos (Brasil) com 72 anos de idade, 47 de sacerdócio e 42 de profissão. Foi diretor 3 anos.

Entrou para a Congregação Salesiana depois de lutas e sacrifícios de 7 anos de vida militar. Depois de um período de apostolado na Itália, partiu para as Missões do Rio Negro, onde trabalhou durante 36 anos dando prova de resistência moral e física em termos realmente legendários. Foi um herói silencioso, humilde e sacrificado, autêntico embaixador de Cristo entre as tribos do Rio Negro. Aos parentes que insistiam, na sua última visita, para que ficasse em sua Pátria, respondeu: "Se penso no peso dos anos, vem-me a tentação de ficar; mas quando recebo das missões a irresistível chamada de tantas almas que necessitam de missionário como o ar que respiramos, resolvo voltar".

### *Sac. Reinaldo Acero*

★ 1-1-1900 em Mongue (Boyaca-Colômbia), † 12-6-1969 em Medellin (Colômbia) com 69 anos de idade, 44 de profissão e 34 de sacerdócio. Foi diretor 1 ano.

### *Sac. Betzenhofer José*

★ 9-10-1901 em Schenkenau (Baviera-Alemanha), † 23-5-1969 em Burghausen (Alemanha) com 67 anos de idade, 40 de profissão e 31 de sacerdócio.

Passou boa parte da vida salesiana na China, onde esteve prêso durante 2 anos. Saiu da prisão gravemente doente devido aos maus tratos sofridos e teve que voltar à sua Pátria. Nos últimos dez anos foi Capelão do Hospital Burghausen onde tudo fez para o bem dos

doentes até o dia em que o Senhor o chamou para a recompensa de uma vida de longos sofrimentos.

*Sac. Ivo Bousson*

★ 8-2-1926 em Tournai (Bélgica), † 23-8-1969 em Etterbeek (Bélgica) com 43 anos de idade, 21 de profissão e 12 de sacerdócio.

Morreu improvisamente de coração. De ânimo forte e generoso era muito espontâneo na manifestação dos seus sentimentos: e essa atitude demonstrava-a especialmente na riqueza dos jovens e dos pobres.

*Sac. Guilherme Brett*

★ 25-6-1890 em Buenos Aires (Argentina), † 29-7-1969 em Buenos Aires (Argentina) com 79 anos de idade, 61 de profissão e 53 de sacerdócio. Foi diretor 36 anos e Inspetor 6.

Como diretor e inspetor, muito trabalhou e com grandes resultados, para o progresso espiritual e material das obras que lhe foram confiadas. Por onde passou deixou sinal das suas iniciativas e uma delicada lembrança no meio dos ex-alunos que a êle se mantiveram fidelíssimos até a morte.

Recebeu de Deus o carisma especial do cuidado pelas vocações. Mais de 60 sacerdotes salesianos lhe devem a graça da vocação. Todos os irmãos conservam dêle uma lembrança como se fôra um outro Dom Bosco.

*Sac. Donald Brown*

★ 23-3-1930 em Jacquet River (NB-Canada), † 26-5-1969 em Newton (NJ — USA) com 39 anos de idade, 18 de profissão e 8 de sacerdócio.

Sua morte trágica e imprevista deixa um grande vazio na Faculdade de Don Bosco College onde lecionava matemática. Características do falecido irmão eram a jovialidade exuberante, atividade incessante, amor e zelo pelos pobres e necessitados, especialmente entre os negros em cujo meio desenvolvia louvável apostolado quando a morte o arrebatou.

*Sac. Francisco Calonge*

★ 10-1-1931 em Logranõ (Espanha), † 8-8-1969 em Madrid (Espanha) com 38 anos de idade, 20 de profissão e 3 de sacerdócio.

Trabalhou como clérigo no México e depois como sacerdote na Espanha. Nos breves anos de sua vida sacerdotal ocupou-se com o apostolado da Escola e do Oratório festivo.

*Sac. Ermenegildo Carrá*

★ 5-2-1888 em Quargnento (Alexandria-Itália), † 11-7-1969 em Pinerolo (Turim) com 81 anos de idade, 64 de profissão e 56 de sacerdócio. Foi diretor 24 anos e inspetor 24 anos.

A longa e incansável atividade salesiana do Pe. Carrá se desenvolveu no Brasil (Mato Grosso), em Portugal e na Itália. Foi superior, diretor e inspetor quase 50 anos e por onde passou deixou a lembrança de um pai realmente bom, de profundo espírito religioso e sacerdotal, de coração grande e generoso, de inesgotável otimismo e serena jovialidade de espírito. Foi salesiano integralmente. Incrementou as vocações e as obras da Congregação. Soube interpretar de forma genuína e brilhante o espírito de Dom Bosco, de modo especial nas inesquecíveis boas noites que, como diretor da Casa Mãe, deu durante muitos anos, na Basílica de Maria Auxiliadora.

*Sac. Miguel Chrachol*

★ 5-9-1894 em Tuliglowy (Colômbia), † 23-6-1969 em Czaplínek (Polônia) com 84 anos de idade, 53 de profissão e 45 de sacerdócio.

Vocação adulta, foi ordenado sacerdote com 39 anos. Totalmente dedicado à Congregação, consagrou sua vida ao trabalho e ao apostolado, especialmente no ministério da palavra, muito apreciado e desejado tanto pelos irmãos como por muitos outros Institutos Religiosos.

*Sac. Luiz Chrzanowski*

★ 18-6-1913 em Oswiecim (Polônia), † 6-2-1969 em Lins (Brasil) com 56 anos de idade, 35 de profissão e 25 de sacerdócio.

Foi simples em tôda a sua vida; trabalhador e bom. Foi sobretudo, na Paróquia, com os doentes e coróinhas, onde revelou os grandes tesouros do seu coração sacerdotal e salesiano.

*Sac. Leo Coppo*

★ 7-3-1911 em Nova York (Estados Unidos), † 7-6-1969 em Chieri (Itália) com 58 anos de idade, 41 de profissão e 42 de sacerdócio.

Foi salesiano de ânimo sereno e alegre, otimista e cordial com todos. Teve uma filial devoção a Nossa Senhora e nas pregações frequentes sabia transmiti-la com entusiasmo aos outros. Dotado de boas qualidades musicais, serviu-se delas para atrair a juventude e torná-la melhor. Atingido por um tumor no cérebro, transformou o seu leito numa cátedra de resignação e fortaleza cristã.

*Coad. Ismael Cordero*

★ 25-7-1906 em Santo Antonio, Catamarca (Argentina), † 4-8-1969 em Buenos Aires (Argentina) com 63 anos de idade e 37 de profissão.

Desde o noviciado até à morte foi sacristão piedoso e diligente da Igreja de Bernal e da Paróquia de São João Bosco. De temperamento reservado e amável, era estimado e bem querido pelos salesianos, pelos alunos e pelos paroquianos devido à sua cordial disponibilidade, humildade e trato amável. A lembrança dêste humilde filho de Dom Bosco está destinada a sobreviver abençoada na memória de quantos o conheceram.

*Sac. Leão Czerwinski*

★ 24-6-1894 em Zagrody (Polónia), † 17-4-1969 em Kąpiec (Polónia) com 75 anos de idade, 53 de profissão e 44 de sacerdócio. Foi diretor 14 anos.

De inteligência brilhante e de muitas qualidades no campo da música, usou os seus dotes para o apostolado no Oratório festivo, nas diversas Associações Católicas e depois na direção e organização das nossas Escolas até que elas foram confiscadas pelo Governo em 1954 de aí em diante exerceu o Ministério Pastoral de modo especial na pregação com zelo movido unicamente pelo amor à Igreja e à Congregação.

*Coad. Uberfil Echeverria*

★ 6-4-1905 em São Gregório de Polanco, Rio Negro (Uruguai), † 23-6-1969 em Montevideo (Uruguai) com 64 anos de idade e 39 de profissão.

Foi religioso sacrificado e trabalhador, de piedade profunda e muito apegado à Congregação. Desenvolveu o seu apostolado como mestre de alfaiataria e entusiasta animador da banda de música.

*Coad. Isidoro Escobar*

★ 20-4-1892 em Chipakeu (Bogotá-Colômbia), † 14-4-1969 em Bogotá com 77 anos de idade, 47 de profissão.

Órfão com toda a responsabilidade da família, só depois de encaminhar os irmãos, pôde entrar na casa de aspirantado de Bogotá com a idade de 24 anos. Exerceu diversos officios e sempre se distinguiu por uma piedade viva e profunda e grande amor à Congregação e à pobreza. Passou os últimos anos atendendo sem reservas aos desamparados da sorte na obra do "Niño Jesus". As milhares de crianças que lhe acompanharam o cortejo fúnebre são testemunhas de sua dedicação aos pobres.

*Coad. Adriano Flores*

★ 4-9-1939 em Guayabal (El Salvador), † 25-6-1969 em Managua (Nicaragua) com 29 anos de idade e 8 de profissão.

Era um irmão de ótimas esperanças para as nossas Escolas Profissionais; foi truncado inesperadamente por um desastre rodoviário. Em sua breve vida religiosa mostrou um espírito apostólico aberto, alegria serena e confiança nos superiores.

*Clg. Aníbal Herrera*

★ 6-3-1942 em Hurrao (Colômbia), † 11-3-1969 em Puerto Ayacucho (Venezuela) com 27 anos de idade e 6 de profissão.

Teve que lutar muito pela sua vocação, mas o ideal sacerdotal muito vivo nele, ajudou-o a superar tôdas as dificuldades. Morreu trágicamente durante o segundo ano de tirocínio na Missão de Puerto Ayacucho. Deixou uma serena lembrança de si, da sua constante alegria e suas iniciativas para o bem.

*Sac. Paulo Heyder*

★ 28-6-1916 em Berlim Neukölln (Alemanha), † 19-5-1969 Berlim (Alemanha) com 52 anos de idade, 20 de profissão e 14 de sacerdócio. Foi diretor 5 anos.

*Pe. Carlos Leôncio da Silva*

★ 6-12-1897 em Recife (Brasil), † 21-7-1969 Lorena (Brasil) com 81 anos de idade, 62 de profissão e 53 de sacerdócio. Foi diretor 24 anos.

É uma das figuras mais eminentes e beneméritas da Congregação nestes últimos tempos. Sua bondade irradiava como luminosa característica salesiana do seu rosto e o tornou efficientíssimo educador nas diversas mansões que lhe foram confiadas no Brasil, onde fundou e dirigiu obras muito importantes e onde foi Inspetor Geral do Ensino Religioso nas escolas do governo.

Tendo-se especializado em pedagogia, quando estava realizando a sua válida experiência educativa, recebeu do padre Pedro Ricaldone a incumbência de fundar o Instituto Superior de Pedagogia junto ao PAS. Tendo voltado ao Brasil, por razões de saúde dirigiu durante vários anos a Faculdade Salesiana de Filosofia, Pedagogia e Ciências e Letras de Lorena.

O Pe. Leôncio não foi somente um estudioso de Pedagogia: sentiu e desenvolveu a missão de educador e mestre e como tal conservou sempre humilde simplicidade, senso cordial da amizade, disponibilidade generosa para com todos e profundo espírito religioso. Sua

vida é um exemplo de genuína e prática atuação do espírito de D. Bosco.

#### *Coad. Froilán Llanos*

★ 12-7-1903 Portezuelos (Chile), † 9-8-1969 em Macul Santiago (Chile) com 66 anos de idade e 47 de profissão.

Foi irmão sempre disponível para tôdas as preciosas necessidades materiais das Casas Salesianas. Deu preferência, por formação e espírito religioso, ao trabalho entre os humildes. Suas irmãs lhe ofereceram hospitalidade no tempo da sua doença, mas êle respondeu: "Quero morrer na Casa Religiosa rodeado de meus irmãos". As poucas cousas indispensáveis de que dispunha, dão prova de sua pobreza religiosa e a sua última enfermidade demonstrou uma outra virtude: a paciência.

#### *Sac. Pedro Manunta*

★ 4-11-1936 em Bolotana (Nuoro-Itália), † 21-6-1969 em Formia (Latina-Itália) com 32 anos de idade, 14 de profissão e 3 de sacerdócio.

Tendo falecido trágicamente no início de sua atividade apostólica, não teve tempo de desenvolvê-la de acôrdo com os dotes de inteligência e de coração que possuía. Amante da liturgia, como catequista havia orientado os alunos para uma piedade certa e devota. Será sempre lembrado sobretudo, pela sua retidão, capacidade didática e pela visão clara de missão do educador da juventude a que se dedicava com zêlo eminentemente salesiano.

#### *Mons. Davi Marianayagam*

★ 15-1-1905 em Valanbury (Tanjore-Índia), † 16-7-1969 em Kumbakonam (Madras) com 64 anos de idade, 41 de profissão e 45 de sacerdócio. Foi diretor 16 anos e Bispo de Vellore (Madras) 13 anos.

Foi um homem bom e simples, generoso e cordial para com todos aquêles que deviam tratar com êle. Profundamente sentida foi a sua piedade e viva a devoção para com o Santíssimo Sacramento e Maria Santíssima, realizando o seu programa: "Christus Regnet et Maria".

Como verdadeiro filho de Dom Bosco foi devotíssimo do Papa ao qual sempre manifestou devoção filial e obediência incondicional. De coração sensível, teve que sofrer muito pelas contradições e incompreensões, mas preferiu carregar a sua cruz a fazer os outros sofrerem.

Durante os 13 anos de govêrno, a Diocese desenvolveu-se maravilhosamente: hoje os católicos são uma comunidade florescente; 50 mil fiéis divididos em 30 paróquias e 4 vicariatos. Para com seus fiéis demonstrou amor sincero e afeto paterno chamando-os habitualmente com o doce apelativo de “ovelhinhas”. Como bom pastor não procurou a si mesmo mas as almas. Costumava chamar-se lèpidamente: “Bispo da ordem dos mendicantes” devido às numerosas viagens realizadas em busca de auxílios para a sua Diocese paupérrima.

#### *Coad. José Martinez*

★ 7-1-1915 em Bagé (Brasil), † 23-4-1969 São Paulo (Brasil) com 54 anos de idade e 23 de profissão.

Entrou para a Congregação já em idade madura. Exerceu diversos officios, sempre feliz de ser, de algum modo, útil a seus irmãos. Sua caridade se mostrou especialmente como enfermeiro. Notável era sua humildade e fidelidade às práticas de piedade, à devoção a Maria Santíssima e a Dom Bosco e o seu amor à Congregação. Trabalhou intensamente pelas vocações.

#### *Coad. Antonio Mas*

★ 29-6-1879 em Civit (Lérida-Espanha), † 16-6-1969 em Mataró (Espanha) com 90 anos de idade e 62 de profissão.

Era um dos irmãos mais antigos da Inspeção. Havia conhecido vários dos primeiros salesianos mandados por Dom Bosco à Espanha e guardava para com eles uma profunda veneração. Passou toda sua vida Salesiana no Colégio de Mataró como cozinheiro, com grande espírito de sacrifício e generosidade. Alma profundamente religiosa era exemplaríssimo em todas as práticas de piedade. Irmãos e alunos nutriam para com o Sr. Mas um verdadeiro afeto e gratidão e os ex-alunos, em sinal de reconhecimento, na data cinquentenária do colégio, lhe obtiveram do govêrno uma distinção ao mérito do trabalho.

#### *Sac. João Mittermeier*

★ 31-10-1924 em Moosthenning (Baviera), † 14-4-1969 em München (Alemanha) com 44 anos de idade, 17 de profissão e 10 de sacerdócio.

Morreu ainda jovem de uma doença do coração que o atingiu durante a guerra na Rússia. Desenvolveu preciosa atividade na nossa Editôra, especialmente no calendário “Dom Bosco” e, ao mesmo tempo, no cuidado espiritual dos escoteiros como capelão. Foi amado devido à compreensão e ao afeto que sempre demonstrou para com seus jovens.

*Sac. Luis Montserrat*

★ 15-1-1888 em Salt (Gerona-Espanha), † 28-6-1969 em Baracaldo (Espanha) com 81 anos de idade, 51 de profissão e 43 de sacerdócio.

Alma profundamente piedosa e apostólica, até poucos anos atrás dedicou-se à escola e ao ministério sacerdotal, especialmente no confessional onde, durante horas a fio acolhia com paciência muitos penitentes que o procuravam. Os seus ex-alunos conservam dele grande e carinhosa gratidão.

*Coad. Agostinho Ortiz*

★ 11-1-1902 em Morelia (México), † 17-6-1969 em México, D. F. com 59 anos de idade e 37 de profissão.

Em tôdas as casas onde trabalhou, tanto em Cuba durante a perseguição do México, como em sua Pátria na volta, foi sempre portador da paz e de sã alegria entre os irmãos, preocupando-se sempre pelo bem espiritual dos alunos e pelo interêsse da casa. No seu trabalho demonstrou as características da sua vida: uma grande simplicidade, uma profunda humildade, um grande amor à Congregação. Sofreu muito do coração nos últimos anos, mas preferiu não manifestá-lo para não incomodar a ninguém. Pedia a Deus morrer sem incomodar. E foi atendido.

*Sac. Jorge Pech*

★ 26-11-1900 em Strehlen (Alemanha), † 9-2-1969 em Montero (Bolívia) com 68 anos de idade, 38 de profissão e 30 de sacerdócio. Foi diretor 15 anos.

Fêz parte daquele grupo de jovens adultos que nos anos de fervor missionário no tempo do Pe. Rinaldi, zarpara da Europa Central e incrementaram as Inspetorias da América. Seu campo de trabalho foi a Bolívia, onde se tornou uma das figuras salesianas mais representativas pelo espírito que o animava e pelas obras que realizou no meio de grandíssimas dificuldades.

*Clg. Sérgio Perez*

★ 12-11-1943 em Leão (Guanajuato-México), † 15-2-1969 em Guadalajara (México) com 25 anos de idade e 6 de profissão.

Nascido na cidade de Leão, exatamente de volta de uma excursão-peregrinação à "Montanha Santa" de Cristo Rei, morria trágicamente num desastre automobilístico. Sua profunda vida de piedade e sua generosa dedicação à missão de professor e assistente davam as mais belas esperanças no seu futuro sacerdócio, para o qual estava próximo a iniciar a preparação imediata.

*Sac. Eugenio Pilla*

★ 28-2-1895 em Altivole (Treviso-Itália), † 15-8-1969 em Turim — Casa Mãe com 78 anos de idade, 51 de profissão e 47 de sacerdócio.

Foi quase extraordinário a vocação do Pe. Pilla: do Seminário Maior de Treviso veio para os Salesianos aconselhado explicitamente pelo Servo de Deus Pe. Leopoldo Castelnuovo, Capuchinho.

Nasceu com talento de escritor. Claro e cheio de fantasia como uma eterna criança, educou gerações de jovens para a virtude e o apostolado antes com narrações, depois com a agiografia. Três virtudes distinguiram o Pe. Pilla: extrema delicadeza de consciência que lhe dirigia angelicamente também a pena; eminente piedade eucarística que lhe fazia colocar a santa Missa o centro da sua vida e do mundo; alegria sempre renovada de sentir-se sacerdote tôdas as vêzes que se sentava para escrever ou confessar.

*Sac. João Pires*

★ 24-1-1912 em Pinho (Portugal), † 29-4-1969 em Vila do Conde (Portugal) com 57 anos de idade, 34 de profissão e 29 de sacerdócio. Foi diretor 18 anos.

Morreu improvisamente no cargo de diretor na casa de Vila do Conde. Na sua vida salesiana tanto em Portugal como nas missões do Cabo Verde, mereceu constantemente a estima e admiração dos irmãos.

Embora gozasse de pouca saúde, era exemplaríssimo no horário da casa. Com doçura e boas maneiras sabia levar os irmãos ao cumprimento do seu dever. Estar no meio dos meninos o tempo mais longo possível era a sua grande preocupação de superior salesiano.

*Sac. Emanuel Rodriguez*

★ 25-8-1892 em Mosquera (Colômbia), † 17-7-1969 em Bogotá (Colômbia) com 76 anos de idade, 52 de profissão e 42 de sacerdócio. Foi diretor 1 ano.

Foi muitos anos conselheiro dos nossos colégios e mui estimado professor de espanhol e matemática. No confessionário era guia seguro e prática na linha de São Francisco de Sales e de São João Bosco. Muito apegado à Congregação levou uma vida simples de fé e de trabalho. Sua piedade se manifestou particularmente na última enfermidade quando, também nos momentos de inconsciência, seus lábios, se abriam continuamente às jaculatórias.

*Coad. Francisco Sanz*

★ 9-3-1924 em Martin Muñoz de la Dehesa (Espanha), † 29-1-1969 em Mataró (Espanha) com 44 anos de idade, 18 de profissão.

Vocação adulta, logo depois da profissão foi mandado cozinheiro para o Estudantado Teológico de Marti-Codolar em Barcelona, onde conquistou imediatamente simpatia pelo seu otimismo, a sua alegria e a sua camaradagem. Dotado de grande amor ao trabalho, por êle descuidou até mesmo a sua saúde. Nos últimos três anos sofreu muito porque a doença não lhe permitia trabalhar. Com muita paciência suportou essa grande provação, deixando com a sua vida um exemplo de trabalho salesiano, e com a sua doença e a sua morte um exemplo de paciência cristã.

*Sac. Paulo Sappino*

★ 6-6-1906 em Turim (Itália), † 13-4-1969 em Nova York (U.S.A.) com 62 anos de idade, 42 de profissão e 35 de sacerdócio.

Foi um dos pioneiros da Congregação Salesiana nos Estados Unidos. Viveu humildemente os diversos officios que lhe foram confiados. Distinguiu-se pela simplicidade dos modos, o zelo pelas almas, sempre disposto a assistir ao próximo.

*Sac. João Skrezyina*

★ 2-4-1904 em Katy (Cracóvia-Polónia), † 20-5-1969 em Arequipa (Perú) com 65 anos de idade, 37 de profissão e 27 de sacerdócio.

Dedicou os seus anos de sacerdócio com muito zelo à educação da juventude. Excelente professor de história e de religião, soube transmitir com eficácia a mensagem de Cristo às almas, especialmente dos jovens. Amava-os e os educava com amor. Uma característica de salesiano autêntico: foi assíduo na busca de vocações sacerdotais e religiosas. Sabia seleccioná-las e não descansava enquanto não as encaminhava para o seminário ou para a casa de formação. Amava o estudo da sagrada escritura e da teologia.

*Coad. Domingos Tempia*

★ 9-8-1896 em Crescentino (Verselli-Itália), † 15-5-1969 em Piosasco (Itália) com 72 anos de idade e 44 de profissão.

Partiu para a América Central com 20 anos de idade e trabalhou generosamente em diversas casas das repúblicas de Honduras e Nicaragua. Com sacrificios realmente heróicos desenvolveu longo e eficaz apostolado entre os indígenas de Guatemala, que o estimava e

amava como pai. Seus exemplos e virtudes cristãs e religiosas são lembradas com edificação de quantos o conheceram.

*Sac. Albino Treu*

★ 14-12-1830 em Córdoba (Argentina), † 6-6-1969 em São Luiz (Argentina) com 38 anos de idade, 22 de profissão e 12 de sacerdócio.

Teve muito a peito o progresso das Escolas Técnicas e se impôs extraordinariamente como professor da Universidade de "San Luiz", pelo seu grande senso de responsabilidade como professor e pela inalterável dignidade e coerência com que soube viver o seu sacerdócio.

*Sac. Gerlando Tuttolomondo*

★ 19-3-1889 em Agrigento (Itália), † 13-7-1969 em Caserta (Itália) com 80 anos de idade, 58 de profissão e 49 de sacerdócio. Foi diretor 6 anos.

Passou a sua vida na Inspeção Campano-Calabresa como Diretor e Economista Inspeção. Foi salesiano das velhas gerações pela fidelidade às regras, pela observância da pobreza e por seu amor à assistência dos jovens. Severo consigo mesmo, não entendia como se pudesse fazer excessão à vida comum. Teve uma predileção pelas obras mais pobres e sobretudo pelas missões. A virtude que mais o distinguiu foi certamente a obediência com prontidão quase militar. A sua última longa doença permitiu aquilatar a profunda espiritualidade da sua alma.

## 3.º Elenco 1969

N.	Cognome e Nome	Luogo di Nascita	Data di Nasc.	e Morte	Età	Luogo di M.	ISP.
85	— Coad. ACCARIAS Emilio	Marsiglia (Francia)	9-10-1916	28-5-1969	52	Nice (Francia)	Ly
86	— Sac. ACCIARDO Giacomo	Cartignano (Cuneo-Italia)	18-06-1892	18-3-1969	76	Barcelos (Brasil)	Mn
87	— Sac. ACERO Reinaldo	Monguí (Boyacá-Colombia)	1-01-1900	12-6-1969	69	Medellín (Colombia)	Md
88	— Sac. BETZENHOFER Giuseppe	Schenkenau (Baviera)	9-10-1901	23-5-1969	67	Burghausen (Germania)	Mu
89	— Sac. BOUSSON Ivo	Tournai (Belgio)	8-02-1926	23-8-1969	43	Etterbeek (Belgio)	Lb
90	— Sac. BRETT Guglielmo	Buenos Aires (Argentina)	25-06-1890	29-7-1969	79	Buenos Aires (Argentina)	BA
91	— Sac. BROWN Donald	Jacquet River (Canada)	23-03-1930	26-5-1969	39	Mewton (U.S.A.)	NR
92	— Sac. CALONGE Francesco	Logroño (España)	10-01-1931	8-8-1969	38	Madrid (España)	Ma
93	— Sac. CARRA Ermenegildo	Quargnento (Italia)	5-02-1888	11-7-1969	81	Pinerolo (Italia)	Cn
94	— Sac. CHRACHOL Michele	Tullgowy (Polonia)	5-09-1884	16-3-1969	84	Czaplinek (Polonia)	Ló
95	— Sac. CHRZANOWSKI Luigi	Oswiecim (Polonia)	18-06-1913	6-2-1969	55	Linz (Brasil)	CG
96	— Sac. COPPO Leo	New York (U.S.A.)	7-03-1911	7-6-1969	58	Chieri (Italia)	Sb
97	— Coad. CORDERO Ismael	S. Antolo-Catamarca (Arg.)	25-07-1906	4-8-1969	63	Buenos Aires (Argentina)	BA
98	— Sac. CZERWINSKI Leone	Zagrody (Polonia)	24-06-1894	17-4-1969	74	Kopiec (Polonia)	Kr
99	— Coad. ECHEVERRIA Uberfil	S. Gregorio (Rio Negro-Urug.)	6-04-1905	23-6-1969	64	Montevideo (Uruguay)	U
100	— Coad. ESCOBAR Isidoro	Chipaque (Bogotá-Colombia)	20-04-1892	14-4-1969	77	Egotá (Colombia)	Bg
101	— Coad. FLORES Adriano	Guayabal (El Salvador)	4-09-1939	25-6-1969	29	Managua (Nicaragua)	CA
102	— Ch. HERRERA Annibale	Urrao (Colombia)	6-03-1942	11-3-1969	27	Puerto Ayacucho (Venezuela)	Vz
103	— Sac. HEYDER Paolo	Berlin-Neukölln (Germania)	28-06-1916	19-5-1969	52	Berlin (Germania)	Ko
104	— Sac. LEONCIO Carlo (Silva)	Recife (Brasil)	6-12-1887	21-7-1969	81	Lorena (Brasil)	
105	— Coad. LLANOS Froilán	Portuzuelos (Chile)	12-07-1903	9-8-1969	66	Macul, Santiago (Chile)	Cl
106	— Sac. MANUTA Pietro	Bolotana (Nuoro-Italia)	14-11-1936	21-6-1969	32	Formia (Latina-Italia)	Cn
107	— Mons. MARIANAYAGAM Davide	Valambury (Madras-India)	15-01-1905	16-7-1969	64	Kumbakoman (Madras-India)	Mr
108	— Coad. MARTINEZ Giuseppe	Bagé (Brasil)	7-01-1915	23-4-1969	54	São Paulo (Brasil)	
109	— Coad. MAS Antonio	Civit (Lérida-España)	29-06-1879	16-6-1969	89	Mataró (España)	Bn
110	— Sac. MITTHERMEIER Giovanni	Moosthenning (Baviera)	31-10-1924	14-4-1969	44	Munchen (Germania)	Mu
111	— Sac. MONTERRAT Luigi	Salt (Gerona-España)	15-01-1888	28-6-1969	81	Baracaldo (España)	Bl
112	— Coad. ORTIZ Agostino	Morelia (México)	11-01-1910	17-6-1969	59	México, D.F.	Me
113	— Sac. PECH Giorgio	Strehlen (Germania)	26-11-1900	9-2-1969	68	Montero (Bolivia)	Bl
114	— Ch. PEREZ Sergio	León (Guanajuato-México)	12-11-1943	15-2-1969	25	Guadalajara (México)	Gu
115	— Sac. PILLA Eugenio	Altivole (Treviso-Italia)	28-02-1895	15-8-1969	74	Torino, Casa Gen.	Cn
116	— Sac. PIRES Giovanni	Pinho (Portugal)	24-01-1912	29-4-1969	57	Vila do Conde (Portugal)	Pt
117	— Sac. RODRIGUEZ Emanuele	Mosquera (Colombia)	25-08-1892	17-7-1969	76	Bogotá (Colombia)	Bg
118	— Coad. SANZ Francesco	Martín Muñoz (Segovia-España)	9-03-1924	29-1-1969	44	Mataró (España)	Bn
119	— Sac. SAPPINO Paolo	Torino (Italia)	6-07-1905	13-4-1969	63	New York (U.S.A.)	NR
120	— Sac. SKREZYNA Giovanni	Katy (Cracovia-Polonia)	2-04-1904	20-5-1969	65	Arequipa (Perù)	Pe
121	— Coad. TEMPIA Domenico	Crescentino (Italia)	9-08-1896	15-5-1969	72	Piossasco (Italia)	CA
122	— Sac. TREU Albino	Córdoba (Argentina)	14-12-1930	6-6-1969	38	San Luis (Argentina)	Cr
123	— Sac. TUTTOLOMONDO Gerlando	Agrigento (Italia)	19-03-1889	13-7-1969	80	Caserta (Italia)	Cp

Impresso nas  
ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS  
Rua da Moóca, 766 (Moóca)  
Fone: 33-5459 — P. A. B. X.  
Caixa Postal, 30 439  
SÃO PAULO